



**INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
TURISMO
CURSO DE MESTRADO DE TURISMO**

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA VISÃO DAS MARISQUEIRAS DA ILHA
MEM DE SÁ – ITAPORANGA D’ AJUDA/SE**

CLAUDIVANIA CONCEIÇÃO LIMA DANTAS

ARACAJU (SE)
2018



**INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
TURISMO
CURSO DE MESTRADO DE TURISMO**

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA VISÃO DAS MARISQUEIRAS DA ILHA
MEM DE SÁ – ITAPORANGA D’ AJUDA/SE**

CLAUDIVANIA CONCEIÇÃO LIMA DANTAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo pelo Instituto Federal de Sergipe para obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar

ARACAJU (SE)
2018



**INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
TURISMO
CURSO DE MESTRADO DE TURISMO**

CLAUDIVANIA CONCEIÇÃO LIMA DANTAS

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA VISÃO DAS MARISQUEIRAS DA ILHA
MEM DE SÁ – ITAPORANGA D’ AJUDA/SE**

APROVADA EM: ____/____/____

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo pelo Instituto Federal de Sergipe para obtenção do título de Mestre em Turismo.

Professor Doutor José Wellington Carvalho Vilar
Instituto Federal de Sergipe /Universidade Federal de Sergipe
Orientador

Professor Doutor Cláudio Roberto Braghini
Instituto Federal de Sergipe - IFS
Examinador Interno

Professora Doutora Coralia Maria dos Santos
Instituto Federal de Sergipe -IFS
Examinadora Interna

ARACAJU (SE)
Maio de 2018

Dedico este trabalho ao Deus do Meu Coração,
aos meus pais, marido e filhos, e a todos que
de alguma maneira contribuíram para que eu
concretizasse mais este sonho.

AGRADECIMENTOS

“Cada pessoa que passa em nossa vida, passa sozinha, é porque cada pessoa é única e nenhuma substitui a outra! Cada pessoa que passa em nossa vida passa sozinha e não nos deixa só porque deixa um pouco de si e leva um pouquinho de nós. Essa é a mais bela responsabilidade da vida e a prova de que as pessoas não se encontram por acaso”.

Charles Chaplin

A palavra gratidão tem a sua origem no latim “*gratia*”, significando *graças* ou *gratus* que, em tradução literal, significa agradável. Sendo assim, infiro que a gratidão é a disposição de ser grato a algo que a vida nos dá. E, agradecer deve, antes de tudo, ser um ato espontâneo, não uma formalidade. Na tentativa de alcançar esse ideal, busco distinguir a linha tênue entre o falso agradecimento e o esquecimento injusto, pois, ao longo deste percurso, muitos foram aqueles que me apoiaram. Para a concretização desta etapa da minha vida, necessitei do precioso apoio de várias pessoas que me sustentassem, sem as quais a presente dissertação de mestrado não poderia ter chegado a bom porto. Eu Agradeço!!!!

A Deus, pela vida e pela resiliência na superação das dificuldades e, ainda, por ter colocado pessoas tão especiais a meu lado, pois, sem elas, certamente, não teria dado conta!

A minha família, pela paciência e compreensão às minhas ausências permanecendo sempre a meu lado, pondo-me para cima e fazendo-me acreditar que posso mais que imagino. Devido a seu companheirismo, amizade, paciência, compreensão, apoio, alegria e amor, este trabalho pôde ser concretizado. Obrigada por ter feito do meu sonho o nosso sonho!

Não posso deixar de agradecer ao meu orientador, Professor Doutor José Wellington Vilar. Sou grata pela partilha de ideias, companheirismo e amizade inigualáveis. O senhor me amparou numa luta diária, contribuindo para a escrita da dissertação, em qualquer espaço em que conseguíamos nos encontrar, usando como suporte sua calma e sabedoria para me incentivar nos momentos de desmotivação e cansaço. Obrigada por, nesta caminhada, estar a meu lado e acreditar em mim!

Desejo agradecer a todos os meus colegas do Mestrado Profissional de Turismo, pelas aprendizagens adquiridas, pela trajetória compartilhada e o companheirismo vivido em todos os momentos.

Ao IFS, sou muitíssimo grata pela oportunidade de aquisição de novos conhecimentos.

Ao corpo docente, à Coordenação e ao corpo administrativo do Mptur pelo acompanhamento, acolhimento, disponibilidade, simpatia e gentileza. Obrigada pela ajuda!

A todas as marisqueiras da Ilha Mem de Sá, à líder Comunitária da comunidade, participantes desta pesquisa que se constituíram na essência deste trabalho, sendo protagonistas e atores do ambiente no qual se desenvolveu a pesquisa. Aprendi muito com todas vocês, que participaram espontaneamente deste trabalho, permitindo, com sua generosidade e sabedoria, que esta dissertação se concretizasse. Vocês merecem meu eterno agradecimento!

E, por fim, a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho! Durante esses dois anos, eu tenho muito a agradecer àqueles que passaram pelo meu caminho e, com certeza, deixaram um pouco de si em mim. Os momentos de alegria serviram para me permitir acreditar na beleza da vida, e os de sofrimento, contribuíram para meu crescimento pessoal em momentos inesquecíveis. Ninguém vence sozinha... OBRIGADA!

*Peço atenção dos senhores,
Pra história que vou contar:
Falo das muitas pessoas
Que vivenciam um mesmo lugar;
Que fortalecem a irmandade,
Buscando a sustentabilidade
Nos recursos que ali há!
Falo das comunidades
tradicionais em lutar,
Que para além da economia,
Sustentam o seu dia a dia
Com aquilo que a terra dá.
Perseguem a felicidade
E suas artes, verdades,
Se perpetuam por lá!
Eis que surge um cantador,
Genealogista e mediador
Que com enorme fervor:
Estimula a cultura e o amor.
E os membros das comunidades,
Caracterizam as territorialidades
Da gente daquele lugar,
Como as estrelas, a brilhar!
Organizam rodas de conversa por idade,
Juntam escola e comunidade
Pra fortalecer a identidade.
Valorizando saberes,
Respeitam a essência dos seres
E elaboram novos fazeres!*

Giane Florentino

RESUMO

O Turismo de Base Comunitária é uma oportunidade de desenvolvimento para pequenas comunidades. Com base nesse pressuposto, pensar o desenvolvimento comprometido com questões sociais, econômicas e ambientais ensejou a construção do estudo que aqui se apresenta. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar o potencial da comunidade das Marisqueiras da Ilha Mem de Sá/SE, espaço com potencial turístico pertencente ao município de Itaporanga d' Ajuda e situado na periferia oriental atlântica do Estado de Sergipe, para o desenvolvimento de iniciativas de Turismo de Base Comunitária na articulação com o tema da cidadania. A concretização desse objetivo geral dá-se com o alcance de outros objetivos que, especificamente, buscaram promover a educação turística para as marisqueiras, formular propostas pedagógicas para viabilizar o conhecimento acerca da cidadania, identificar sob a ótica da comunidade as dificuldades enfrentadas no exercício da cidadania e construir coletivamente uma cartilha contemplando aspectos sobre Turismo de Base Comunitária e cidadania. Teve-se como pressuposto que as características naturais daquela localidade e a cultura de subsistência de sua população são os fundamentos para uma atividade de TBC, que se realiza como uma atividade complementar às atividades tradicionais desenvolvidas pela comunidade. Em uma primeira etapa da pesquisa de campo, realizada com a finalidade de subsidiar as iniciativas de TBC, empregou-se o método de pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, utilizando um questionário estruturado aplicado às marisqueiras selecionadas para o estudo. Foram mensurados quantitativamente aspectos socioeconômicos do universo pesquisado, além de questões específicas para que as participantes manifestassem a própria visão sobre a comunidade, o turismo na Ilha, o engajamento em projetos comunitários, dentre outros aspectos relevantes para a pesquisa. A análise desses componentes fundamentou o trabalho no âmbito de uma pesquisa-ação desenvolvida por meio de oficinas participativas. Os resultados apontam certo alheamento em relação aos direitos e leis protetivas na pequena comunidade da Ilha Mem de Sá. Dessa forma, sob a visão das marisqueiras, mostra-se uma prática educacional utilizando o TBC como meio para o desenvolvimento de valores, atitudes e competências necessárias ao pleno exercício da cidadania, pela inclusão social e o crescimento econômico.

Palavras-chave: Cidadania. Educação. Mulheres marisqueiras. Turismo de Base Comunitária.

ABSTRACT

Community Based Tourism is a development opportunity for small communities. Based on this assumption, thinking about the development committed to social, economic and environmental issues led to the construction of the study presented here. The objective of this work is to analyze the potential of the community of Shellfishers of Mem de Sá / SE Island, a space with tourism potential belonging to the municipality of Itaporanga d 'Ajuda and situated on the eastern Atlantic periphery of the State of Sergipe, for the development of Community Based Tourism initiatives in articulation with the theme of citizenship. The achievement of this general objective is achieved through the achievement of other objectives that specifically sought to promote tourism education for shellfish farmers, formulate pedagogical proposals to enable knowledge about citizenship, identify from the perspective of the community the difficulties faced in the exercise of citizenship and collectively construct a primer contemplating aspects of Community Based Tourism and citizenship. It has been assumed that the natural characteristics of that locality and the subsistence culture of its population are the basis for a CBT activity, which is performed as a complementary activity to the traditional activities developed by the community. In the first stage of field research, carried out with the purpose of subsidizing TBC initiatives, the exploratory method of qualitative approach was used, using a structured questionnaire applied to the shellfish selected for the study. Socioeconomic aspects of the universe were measured quantitatively, as well as specific questions so that the participants could express their own vision about the community, tourism on the Island, engagement in community projects, and other aspects relevant to the research. The analysis of these components grounded the work within an action research developed through participatory workshops. The results point to a certain disregard for the rights and protective laws in the small community of Mem de Sá Island. Thus, under the view of the shellfish, an educational practice is shown using TB as a medium for the development of values, attitudes and skills necessary for the full exercise of citizenship, social inclusion and economic growth.

Keywords: Citizenship. Education. Women shellfish. Community Based Tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Situação geográfica da Ilha Mem de Sá/SE.....	45
Figura 2 - Caminho Metodológico.	52
Figura 3 - Local de realização da oficina participativa	53
Figura 4 - Questões norteadoras para a oficina participativa	54
Figura 5 - Trabalho manual de separação da casca do aratu	57
Figura 6 - Mulheres marisqueiras e seus filhos	58
Figura 7- Banner para apresentação da temática do TBC	62
Figura 8 - Barco de passeio na Ilha Mem de Sá/SE	63
Figura 9 - Praia fluvial na Ilha Mem de Sá/SE.....	65
Figura 10 - Bares e restaurantes na Ilha Mem de Sá/SE	66
Figura 11- Falando sobre cidadania.....	68
Figura 12 - Participação das marisqueiras aposentadas na oficina participativa.....	68
Figura 13 - Placa alusiva à ampliação de rede de abastecimento de água.....	71

LISTA DE QUADRO

Quadro 1- A Ilha que tenho e a Ilha que quero	70
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	17
2.1 TERRITÓRIO: IDENTIDADE E PODER	17
2.1.1 Considerações sobre Território.....	17
2.1.2 O Território na interface do Poder	19
2.1.3 A Identidade como expressão do Território.....	21
2.2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: EM BUSCA DE UM MODELO DE GESTÃO	24
2.2.1 Premissas e conceitos sobre o Turismo de Base Comunitária.....	26
2.2.2 Gestão do Desenvolvimento no contexto do TBC	29
2.3 CIDADANIA E A QUESTÃO DE GÊNERO	32
2.3.1 Concepções relativas à Cidadania.....	33
2.3.2 Discussão sob a perspectiva de Gênero.....	36
3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	41
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	42
3.2 LOCAL DO ESTUDO	43
3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	48
3.4 INSTRUMENTOS PARA A COLETA DE DADOS	48
3.4.1 Entrevista estruturada	48
3.4.2 Oficina Participativa	49
3.5 PROCEDIMENTOS NA REALIZAÇÃO DA PESQUISA	51
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	56
4.1 PERFIL DAS MARISQUEIRAS	56
4.2 A EXECUÇÃO DA PROPOSTA DE CIDADANIA E TBC: ANALISANDO A EXPERIÊNCIA	61
4.3 A CARTILHA SOBRE TBC, MARISQUEIRAS E CIDADANIA	74
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS.....	79
APÊNDICES	87
Apêndice 1 – Questionário aplicado às marisqueiras.....	88
ANEXOS.....	109
Anexo A - Dinâmica da corrente.....	110
Anexo B – Letra da música É de Gonzaguinha.....	111

1 INTRODUÇÃO

A ideia deste trabalho é fruto de uma reflexão sobre o turismo como uma forma de resgatar a cidadania e proporcionar a inclusão social, elementos que se identificaram nas ações que fomentam o Turismo de Base Comunitária (TBC), também chamado de Turismo Comunitário, Solidário de Conservação, entre outras denominações, em todo o mundo, e em particular na América Latina.

Interessante ressaltar, de acordo com Mielke e Pegas (2013), que o trabalho do TBC se respalda na perspectiva de envolver, direta ou indiretamente, na promoção do turismo, comunidades residentes ou que estão localizadas próximas às áreas de preservação ambiental. Diante disso, entendeu-se que essa modalidade de turismo pode representar uma nova conformação para o desenvolvimento de pequenas localidades, como as comunidades pesqueiras artesanais no litoral sergipano. Tal enfoque possibilitou se pensar a respeito de uma proposta para atuar junto à comunidade de marisqueiras da Ilha Mem de Sá/SE, situada no estuário do Rio Vaza-barris, em Itaporanga d' Ajuda.

A opção por realizar a pesquisa junto às marisqueiras da Ilha Mem de Sá/SE se deu por entender que o trabalho dessas mulheres requer um olhar abrangente, que leve em conta sua importância no sistema produtivo daquela comunidade. Considerou-se, ainda, a gradativa destruição do meio ambiente nos estuários e manguezais, que tem comprometido o trabalho das marisqueiras por causa da redução de diversos produtos marinhos e estuarinos, fazendo com que essas mulheres desenvolvam igualmente outras atividades como a agricultura familiar ou coleta de frutas típicas, as quais se soma o trabalho doméstico, visto naquela sociedade como uma tarefa tipicamente feminina. Assim, diante das condições ambientais e tendo em vista que a venda de mariscos constitui, para a grande maioria dessas mulheres, a única segurança de sustento, ponderou-se ser um grupo vulnerável, por isto mesmo merecedor de maior atenção.

Por si só, essa realidade social justifica a necessidade de se idealizar uma proposta que utilize o TBC como prática pedagógica através da qual a comunidade de marisqueiras se reconheça como cidadã e busque melhorias das condições da vida presente. Por conseguinte, a escolha do objeto deste estudo recaiu sobre esse modelo em que a cultura e os modos de vida locais são a principal motivação da visita, constituindo-se o turismo como uma atividade complementar às atividades tradicionais desenvolvidas pelas comunidades. Considerou-se

ainda, o fato do TBC se caracterizar como um fator de integração sociocultural, de produção de identidades e cidadania.

Além disso, tomou-se como ponto de referência, a abordagem de Hall (2001) sobre a importância de uma visão que enfatize a construção de processos integrados orientados à satisfação das necessidades das várias partes interessadas, com base nos recursos turísticos. Pautado na concepção do turismo como uma forma de resgatar a cidadania e proporcionar a inclusão social, o estudo também se justifica pela necessidade de se ampliar o olhar sobre o TBC, como um fenômeno que se constitui, na atualidade, uma possível via de redução das desigualdades sociais e regionais existentes no Brasil, tal como evidenciado no Plano Nacional de Turismo (PNT).

A proposição estratégica de associar o TBC com cidadania decorre do entendimento de Beni (2013) sobre a necessidade de se oportunizar novos caminhos de estudos, pesquisas e programas de capacitação e qualificação que, buscando a inovação e a atualização, visem uma ação estratégica comprometida com o desenvolvimento local sustentável e a inclusão social. Ainda segundo o referido autor, a gestão do turismo tem como escopo promover o desenvolvimento alicerçado na proteção ao meio ambiente e em seus recursos, na valorização da cultura e participação da comunidade.

No campo do desenvolvimento sustentável, Sorrentino et al. (2005) argumentam que existem duas grandes tendências. A primeira volta-se para a construção de soluções que se harmonizem com a necessidade de preservação da biodiversidade, a conservação dos recursos naturais, o desenvolvimento local e a diminuição das desigualdades sociais, por meio de novas tecnologias, políticas compensatórias, tratados internacionais de cooperação e de compromissos multilaterais, estímulo ao ecoturismo, certificação verde de mercados alternativos, entre outros. A segunda tendência segue finalidades semelhantes, porém, por intermédio da inclusão social, da participação do indivíduo na tomada de decisões e na promoção de mudanças culturais.

Essa participação implica, necessariamente, a nosso ver, na inclusão comunitária, na gestão e condução do turismo dentro de uma prática de cidadania, onde cada um desempenhe conscientemente seu papel, contribuindo para o aperfeiçoamento das condições de vida dos indivíduos na comunidade, resultando na criação de uma nova realidade. Isso requer a busca de soluções, considerando-se, dentre elas, a necessidade de educação focada na mudança de valores individuais e coletivos, que devem ser expressos em ações transformadoras da sociedade, atreladas à ideia da capacidade do ser humano de continuar existindo com padrões de desenvolvimento, o que perpassa pela cidadania.

Enquanto inserção no espaço público, a cidadania deverá, necessariamente, privilegiar a efetividade de todos os direitos da pessoa, grupo ou comunidade, pressupondo a participação ativa dos sujeitos a fim de que estes direitos se tornem presentes para eles. A participação é, pois, indispensável, mas só poderá ser alcançada concretamente com a inserção do indivíduo em uma comunidade, para formar um todo, onde as individualidades ficam em segundo plano, tendo o coletivo como preocupação primeira (LAFER, 2003). Nesse sentido, vê-se a cidadania, para efeitos deste estudo, como condição imprescindível para que o indivíduo não apenas apreenda o significado do conceito, mas também lute pela sua positivação.

O contato com a problemática da crise de cidadania, que ocorre por conta de os indivíduos não terem a noção de seus direitos assegurados na Constituição Federal, se deu ainda durante a Graduação, durante a experiência curricular realizada mediante trabalho voluntário como estagiária do curso de Direito da Universidade Tiradentes, no ano de 2007. Naquela ocasião, prestou-se assessoria jurídica à população carente da periferia da cidade de Aracaju, quando se percebeu que as dificuldades enfrentadas por aquela faixa populacional não é suprida pela mera oferta deste tipo serviço, pois este se limita apenas em colocar alguém à disposição para lhe buscar algum direito junto ao âmbito forense, ou para informar-lhe sobre quais direitos podem ser reclamados, sem, contudo, contribuir para a manifestação formal dos direitos humanos que servem de alicerce para uma nova ordem social.

Destarte, não se pode deixar de lembrar a Constituição Federal que, em seu título I, preceitua, como objetivos fundamentais, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais. Considerando esses objetivos, torna-se fundamental que o discurso sobre cidadania seja redimensionado de maneira a fazer parte integrante da história, das práticas sociais e, acima de tudo, venha a ser um instrumento normativo que possibilite a implementação de melhores condições de vida de uma população.

Nessa discussão, acrescentem-se as propostas que, tendo como referência o relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e assumidas pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2010a), no Brasil, destacam o turismo como uma importante ferramenta para a erradicação da pobreza e da fome, numa relação com a garantia da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento. Sobre isso, Moesch (2012) salienta a importância da dimensão pedagógica que deve permear projetos turísticos comunitários, distinguindo o planejamento estratégico como parte do processo de exercício da cidadania e função educativa relevante nas tomadas de decisões e ações que objetivam a transformação da realidade. Segundo essa

perspectiva, o turismo não é somente uma atividade econômica, mas uma possibilidade de formação humana, capaz de contribuir para a constituição de novos sujeitos que, por meio dessa vivência, se percebam, no contexto social, como cidadãos.

Essas concepções permitiram ampliar o olhar sobre o fenômeno do turismo, principalmente para comunidades menos favorecidas, as quais, sofrendo pelo alheamento do governo e dos órgãos competentes, não dispõem de água tratada, moradias adequadas, escolas com fácil acesso, além de dificuldades na comercialização de seus produtos. A esse respeito, torna-se oportuno ressaltar o pensamento de Kunsch (2012), que chama a atenção para a manipulação dessas comunidades, por parte de alguns gestores, mediante a participação em projetos mascarados de gestão compartilhada. Daí a importância de articulações, conforme Beni (2012), com o setor privado, terceiro setor, universidades e institutos de pesquisa, para planejamento de ações integradas visando ao desenvolvimento endógeno dessas comunidades.

Face ao exposto, e a partir do desafio de delimitar procedimentos investigativos capazes de auxiliar no estudo, questiona-se: quais resultados se podem alcançar com a promoção do Turismo de Base Comunitária em comunidades menos favorecidas? A partir dessa indagação é que a pesquisa se origina, de modo que se avaliou a possibilidade de trabalhar tal questão com a própria comunidade das marisqueiras da ilha Mem de Sá, focando na análise das concepções e ideias sobre a cidadania e os direitos humanos expressados por essas mulheres, perquirindo-se, assim, a possibilidade de se trabalhar o TBC no âmbito de um processo de educação com essa comunidade.

Para responder à questão formulada, a pesquisa tem como objetivo geral de analisar o potencial da comunidade das Marisqueiras da Ilha Mem de Sá/SE para o desenvolvimento de iniciativas de Turismo de Base Comunitária (TBC) na articulação com o tema da cidadania. A concretização do objetivo geral ensejou o alcance de quatro objetivos específicos, a saber: promover a educação turística para as marisqueiras; formular propostas pedagógicas que viabilizem o conhecimento acerca da cidadania; identificar sob a ótica da comunidade as dificuldades enfrentadas no exercício da cidadania; construir coletivamente uma cartilha que contemple aspectos discutidos sobre turismo de base comunitária e cidadania.

Com a finalidade de situar o leitor na pesquisa em questão, nesta parte introdutória, que diz respeito à primeira seção, trata-se a temática de modo mais abrangente, apresentando-se, de forma integrada, a proposta de investigação em termos de objeto, problemática, razões da escolha do tema, dentro de uma linha de exposição que permite estabelecer diálogos preliminares com alguns autores, os quais integram o suporte teórico escolhido para o estudo.

A segunda seção tem como foco as produções teóricas que envolvem a temática em estudo, integrada por três subdivisões. Na primeira, para desenvolver a questão do “Considerações sobre Território: identidade e poder” fez-se necessário mostrar que os conceitos de território, identidade e poder estão interligados, constituindo relevante base teórica para se pensar o desenvolvimento de um grupo populacional, com suas complexidades e articulações. A segunda, denominada “Turismo de Base Comunitária: em busca de um modelo de gestão”, proporciona um conjunto de informações para o planejamento integrado do TBC à comunidade carente, considerando ser esta uma atividade que pode propiciar a inovação no sentido do aproveitamento dos recursos produtivos locais. Na terceira, que aborda a “Cidadania e a Questão de Gênero”, descrevem-se as contribuições teóricas orientadas para a equidade de gênero e à expansão da cidadania das mulheres.

Na terceira seção é traçado o percurso metodológico que forneceu as diretrizes da investigação, onde são detalhadas as características do estudo e os procedimentos adotados para coleta e análise dos dados.

Segue-se a quarta seção, em que se procede à apresentação e análise interpretativa dos dados, em três momentos, de acordo com o desenho da pesquisa. Começa-se por apresentar e analisar os dados obtidos através dos questionários aplicados às marisqueiras e, na sequência, os resultados obtidos com a realização das Oficinas Participativas. Por último, como fruto da experiência com a comunidade marisqueira da Ilha Mem de Sá/SE, apresenta a Cartilha sobre TBC e Cidadania preparada com a finalidade de informar e colaborar com as comunidades que apostam na implementação do TBC, como uma atividade de desenvolvimento econômico e valorização da cidadania.

Na última seção são apresentadas as Considerações Finais do trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 TERRITÓRIO: IDENTIDADE E PODER

A sociedade construiu sua história demarcando territórios, dominando, explorando a natureza e mesmo outras comunidades. Dessa forma, o território se refere a um espaço delimitado por relações de identidade e poder, a partir das quais são desenvolvidas discussões, sobretudo, no âmbito da geografia, ainda que outros campos disciplinares tenham se dedicado a essa tarefa. Nesse contexto é que esta seção trata cada uma dessas dimensões – território, identidade, poder - procurando identificá-las por meio de instrumental teórico indispensável ao debate acadêmico e científico que ressalta a importância da articulação entre a esfera do ordenamento territorial e a de uma atividade setorial, no caso desta pesquisa, o turismo.

2.1.1 Considerações sobre Território

A palavra território tem sua origem no termo latino *territorium*, vinculado à ideia de apropriação, cujo uso social tem na expressão terra apropriada seu elemento definidor, expressando a conjugação de um povo e de uma terra. Dourado (2015) esclarece que o uso social do território diz respeito às formas de apropriação da natureza e a consequente valorização do espaço. Sob essa perspectiva, o espaço é lugar de vida e de trabalho, no qual os sujeitos usam e se apropriam de um território comum, partilhado pelas suas experiências cotidianas (SOUZA, 2015). O espaço é transformado em território a partir da apropriação dos sujeitos.

Na abordagem de Moraes (2002, p. 57), “[...] é a apropriação que qualifica uma porção da Terra como um Território. Logo, esse conceito é impossível de ser formulado sem o recurso de um grupo social que ocupa e explora aquele espaço, o território [...]”. Desse modo, o território é o conjunto de hierarquias concentradas em uma rede de itinerários que, sem ser necessariamente fechado, tampouco um tecido espacial unido ou estável, se caracteriza como o resultado da apropriação simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido.

Dentro do enfoque territorial de desenvolvimento, ou ainda de desenvolvimento local, Santana (2010) entende que os territórios podem ser construídos e desconstruídos de diversos ambientes e escalas, podendo também ser relativos e funcionais. Assim, o uso do território, como palco das relações econômicas, envolve não somente questões materiais e funcionais,

como também no sentido de valorização dos aspectos simbólicos. O território, dizendo respeito à espacialidade humana, é considerado

[...] ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas”, que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (DOURADO, 2015, p. 35).

Conforme se apreende, o território possui duas dimensões internas de análise: a dimensão material e a dimensão imaterial. Fernandes (2009) esclarece que a dimensão material diz respeito à área do território, aos objetos geográficos influenciados, dominados e apropriados pelo sujeito territorial. O território, em seu sentido material e simbólico, é apreendido e vivenciado a partir dos sistemas de conhecimento, pois encerra uma dimensão lógica e cognitiva. A esse sentido simbólico dado e vivido no território material, denomina-se de territorialidade. Nessa discussão, Santana (2010, p. 4), tomando Santos (1998) como referência, define território “como o produto dos atores sociais” e a territorialidade “como os meios utilizados pelos atores para se chegar ao território”.

Haesbaert (2004) destaca que a territorialidade além de incorporar uma dimensão estritamente política, refere-se às relações econômicas e culturais, pois está diretamente relacionada às formas que os grupos possuem de utilização da terra, de organização no espaço e como dão significado ao lugar. A partir desse entendimento, pode-se considerar a territorialidade como a forma através da qual um determinado grupo social se apropria, vivencia e experimenta o território. Ou seja, “a territorialidade é o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-o assim em seu território ou *homeland*” (LITTLE, 2002, p. 3).

Por outro lado, a dimensão imaterial corresponde às estratégias dos sujeitos para a construção de um território, ou seja, são as ações, representações espaciais criadas, a disputa de forças com outros sujeitos, as ideologias e os discursos, posicionamentos políticos, manifestações e outras formas de imprimir o poder. Sua importância está na compreensão dos diferentes tipos de território material, pois, pertencendo ao mundo das ideias, das intencionalidades, coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos no espaço e no

território. Essas duas dimensões, material e imaterial, são indissociáveis na construção dos territórios e indispensáveis na análise geográfica (HAESBAERT, 2004).

Na Geografia Política tradicional, o território tem, além das questões relacionadas ao poder Estado-Nação, como característica principal, a presença do espaço concreto em si, com seus atributos naturais e socialmente construídos, ocupado e apropriado por um grupo social. Na visão de Dourado (2015, p. 27):

A gênese, a dinâmica e a diferenciação dos territórios vinculam-se a uma variedade de dimensões (física, econômica, simbólica, sociopolítica). Cada território é moldado a partir de condições e forças internas (dimensões) e externas (dinâmicas). Nesse território desdobram-se relações, tecem-se histórias ressignificadas pelas relações de poder, mas também por relações de pertencimento e identificação, significados e simbolismos.

Aduz-se, de acordo com a abordagem de Dourado (2015), que o território é indissociável do poder, notadamente no campo geográfico, em cujo âmbito a origem de seu conceito associa-se à ideia de soberania nacional e de afirmação do Estado-Nação, que se assume como referência, com suas subdivisões e contradições internas. Entende-se, portanto, que o território se constrói a partir de um espaço onde se revelam relações marcadas pelo poder.

2.1.2 O Território na interface do Poder

Na concepção formulada por Perafán e Oliveira (2013), o território emerge das relações sociais, relações estas que não são neutras ou livres de tensões ou conflitos, mas produzidas pelas relações de poder exercidas em vários níveis da cadeia social. Os autores afirmam que o poder se manifesta nas diferentes formas de ocupação e uso dos espaços regionais e locais, significando dizer que:

O território é a expressão política de organização desses espaços para alcançar objetivos comuns e que nele se evidenciam mobilizações concretas frente a finalidades concretas. Nesta construção são definidos limites que, em vez de isolar os territórios, deveriam favorecer a necessária interação entre eles (PERAFÁN; OLIVEIRA, 2013, p. 9).

O pensamento de Foucault (1979) concebe o poder como algo presente no dia a dia, nas relações entre pessoas, na família, no grupo de amigos e nas instituições, sendo, pois, inerente à formação das sociedades e às relações sociais. Conforme essa concepção, o poder

se desloca do âmbito institucional para assumir novas formas que se expandem por toda a sociedade, penetrando na vida cotidiana. Para Foucault (1979), na verdade, não existe o poder e sim relações de poder que não se reduzem somente à opressão e à dominação, existindo outros elementos velados, sutis e eficazes de controle e sujeição, que permeiam o cotidiano e a relação entre as pessoas.

Na leitura de Fernandes (2009, p. 201) encontra-se que, para justificar a defesa e a conquista de novos territórios, “o sentido da disputa está na essência do conceito de território, que contém como princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade”. Tomando como referência os estudos de Gottmann (1973) sobre soberania, Fernandes (2009) afirma que esta, mais do que um conceito de território, é uma necessidade humana para a liberdade, sendo uma construção histórica dos povos e suas nações, das classes sociais e seus grupos internos. A soberania do Estado é garantida pelas soberanias das múltiplas forças sociopolíticas e, considerando a multiterritorialidade, pode-se falar em soberanias, cujas existências garantem a do Estado.

Como o próprio nome o diz, o princípio da totalidade identifica que o território é um todo, muito embora nem tudo seja território. De acordo com Fernandes (2009, p. 6), “ainda é necessário afirmar que este todo é parte da realidade. Quando compreendo o território como todo estou entendendo sua multidimensionalidade”, princípio este que ajuda a compreender melhor o da totalidade. As múltiplas dimensões do território são produzidas nas relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais, que são construídas pelas ações e intencionalidades.

Por sua vez, a intencionalidade é entendida, por Fernandes (2009), como a opção histórica que as pessoas fazem e que determina a direção de seus pensamentos para a construção e a defesa de ações políticas. Portanto, a intencionalidade é também uma opção histórica, uma leitura de uma determinada classe e/ou segmentos sociais, que direciona a compreensão das realidades. As diferentes leituras da realidade geram conflitualidades materializadas pelas disputas nas interpretações dos fatos.

Prossegue Fernandes (2009, p. 7) definindo a conflitualidade como “o processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e/ou as superações das classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios”. Para o autor, as contradições produzidas pelas relações sociais criam espaços e territórios heterogêneos, gerando conflitualidades. O âmago da conflitualidade é a disputa pelos modelos de desenvolvimento em que os territórios são marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades, ameaçando a consolidação da democracia.

A pluriescalaridade, ou multiescalaridade, é um princípio básico para a compreensão das diferentes escalas dos territórios. Sobre isso, Fernandes (2009, p. 7) traz o seguinte esclarecimento:

Uma referência parcial é a espacialidade diferencial de Lacoste (1988). Parafrazeando-o, podemos entender a pluriescalaridade a partir de uma tipologia como uma “territorialidade diferencial”. Por exemplo: um transterritório está organizado em escala internacional, mas contém territórios em escala nacional, provincial e municipal. E estes territórios estão em permanente conflitualidade por disputas territoriais.

Considera-se oportuno ressaltar, segundo Dourado (2015), que as relações de poder, como expressão do território, se efetivaram, historicamente, de acordo com as características de cada sociedade, envolvendo os aspectos materiais e imateriais, tanto do ponto de vista geopolítico, quanto econômico e cultural. Na perspectiva dessa mesma autora, o processo de apropriação do território é visto como algo gerador de raízes e identidade, no sentido de que os laços socioculturais das pessoas estariam relacionados aos atributos do espaço concreto, ou seja, natureza, patrimônio arquitetônico, paisagem, sendo, por conseguinte, um movimento do qual surgem afinidades e reconhecimento de uma nacionalidade, no plano nacional ou de um lugar na escala global.

2.1.3 A Identidade como expressão do Território

Sob o enfoque de Hall (2005), a nação não seria apenas um ente político, mas, igualmente, um sistema de representação cultural, pois cada pessoa mais que possuir o *status* jurídico de cidadão, participaria da ideia de nação tal como é representada na cultura nacional. O autor argumenta ainda que a cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos que influencia diretamente a concepção que se tem sobre si mesmo, estando tais sentidos “contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (HALL, 2005, p. 51).

Para Anderson (2008), a identidade está relacionada com as origens do território, com os modos de ocupação do espaço, com o contexto social construído e com um futuro mais solidário e independente. De acordo com o autor, a identidade nacional seria uma comunidade imaginada, tendo como pressuposto que a nação é um construto, um produto cultural específico a partir do qual os membros de uma determinada comunidade, mesmo aqueles que não se conhecem e jamais se conhecerão, criam laços imaginários que lhes permitem compartilhar sentimentos e objetivos comuns.

Tratando a questão, Echeverri (2009, p. 10) define a identidade como “a expressão de traços diferenciadores e distintivos da população pertencente a um espaço, o que a converte no espírito essencial, básico e estruturante do território”. A identidade, apesar de restaurar a multiplicidade, a diferença, o contraste, aproxima os indivíduos à medida que dão significados comuns aos recortes ambientais, geográficos, étnicos, econômicos, culturais e políticos, apropriados por eles em seus respectivos espaços. Echeverri (2009) observa, ainda, que toda identidade é influenciada por alterações históricas, espaciais, biológicas e pelas instituições, sejam estas produtivas, como o trabalho, ou reprodutivas, como a família.

É fato, portanto, que a identidade deve ser notada em seus contextos específicos e em seu desenvolvimento ao longo do tempo e do espaço, uma vez que dela advém o sentimento de pertencimento a um território específico, por parte de um grupo de atores sociais. O sentido de pertencimento a um território pode ser compreendido pelo modo como são estabelecidas as inter-relações entre diferentes aspectos desse território, por exemplo, os movimentos sociais nele existentes, as formas de produção e comercialização, as manifestações culturais, as migrações, os sistemas agrários e o acesso à terra, ao ambiente e aos recursos naturais (PERAFÁN; OLIVEIRA, 2013).

O sentido de pertencimento é considerado, por Perafán e Oliveira (2013, p. 11), como “um fator de aglutinação, que reconhece e valoriza a diversidade, facilita a mediação de interesses, contribui para a coesão de princípios e para a convergência”. Nesse contexto, a diversidade das relações sociais se expressa nas identidades e nas maneiras como os homens se percebem e se afirmam, seja como indivíduos ou grupo de indivíduos, em relação aos seus direitos e deveres em um território. Assim, Hall (2005, p. 48) observa que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”. Nesse contexto, a diversidade das relações sociais se expressa nas identidades e nas maneiras como os homens se percebem e se afirmam, seja como indivíduos ou grupo de indivíduos, em relação aos seus direitos e deveres em um território.

As representações sociais são, enquanto conhecimento da realidade vivenciada, produzidas e transformadas pela dinâmica social, revelando a identidade do grupo no contexto do território e da territorialidade. Desse modo, as identidades precisam ser compreendidas como produzidas em locais históricos e institucionais característicos, no interior de formações, práticas discursivas, estratégias e iniciativas específicas, que emergem do interior de modalidades exclusivas de poder. Hall (2005, p. 110), citando Laclau (1990), argumenta que:

A constituição de uma identidade social é um ato de poder, pois se uma identidade consegue se afirmar é apenas por meio da repressão daquilo que a ameaça [...] a constituição de uma identidade está sempre baseada no ato de excluir algo e de estabelecer uma violenta hierarquia entre os dois polos resultantes [...].

Embora o território seja considerado um espaço de poder, aqui interessa explorar suas qualidades no tocante às funções de inclusão espacial e de promoção do protagonismo social, particularmente do território fluvial. Como visto anteriormente, os vínculos territoriais são componentes essenciais de uma prática no território, que tanto pode ser a afirmação de uma territorialidade quanto de uma identidade, como também nas formas de representação, reveladas em um discurso sobre o “eu” no mundo do “outro” (SOUZA, 2015). No território do rio, como meio e condição material e simbólica de existência de determinadas comunidades, as identidades dos sujeitos sociais se fazem na relação com o ambiente, que determinam as tessituras e as formas como eles vivem cotidianamente.

Souza (2015) salienta que no rio as experiências históricas, ambientais e sociais moldam sujeitos, deixam marcas e territorializam grupos e comunidades. A autora defende, ainda, que os sujeitos sociais cunham, ao longo do rio, formas de apropriação muitas vezes tidas como singulares, como acontece na ocupação das ilhas fluviais, onde as pessoas, ao “exibir formas de viver das/nas ilhas, em muitos casos, deixam de ser identificadas como *ribeirinhos* ou *barranqueiros* e passam a ser denominados como *ilheiros* e/ou *vazanteiros*” (grifo da autora). Outras denominações começam a aparecer, tais como:

[...] pescador, forma social assumida em virtude de um modo de vida e de trabalho historicamente constituído, ou quilombola, categoria sociopolítica apresentada como uma estratégia de reconhecimento no âmbito da recente disputa da diferença e da alteridade. Essa dualidade traz à tona uma reflexão sobre as categorias (endo) – de dentro da comunidade - e as categorias (exo) – uma construção feita de fora da comunidade. (SOUZA, 2015, p. 73).

Nesse contexto, as ilhas são territórios peculiares, “onde vivem as pessoas que fazem do convívio, na simplicidade do cotidiano, um verdadeiro mosaico de cultura. São moradores que ocupam terras que não consideram de sua propriedade, mas sim do rio” (SOUZA; SANTOS; BRANDÃO, 2009, p. 4). A fixação desses moradores nas ilhas encerra uma nova dinâmica de existência, na qual esses sujeitos procuram criar laços de afetividade, criam arranjos e estratégias de pertencimento nestes espaços.

Souza, Santos e Brandão (2009) consideram as ilhas como territórios com limites inconstantes e, enquanto espaços de produção social, todas as ações de vida e trabalho acontecem em função da existência desse território que, apesar de não ser fixo, mas sim fluido, está presente na vida das pessoas por todo o tempo. O território é, portanto, para os moradores das ilhas, uma maneira de se autoafirmarem enquanto construtores de formas próprias de produção e, diante das necessidades básicas de sobrevivência, partilham saberes e estabelecem vínculos, com a intenção de se manterem como viventes de um grupo.

Nesses lugares, a terra e o rio são elementos indissociáveis e significantes, que ligam a natureza e integram os sujeitos, criando vínculos materiais e simbólicos que moldam as representações dos sujeitos construídas e reconstruídas sobre si mesmo e sobre os outros (SOUZA, 2015). Na abordagem da autora, a forma de apropriação do território do rio é compreendida a partir dos usos que os sujeitos fazem desse ambiente, exibindo, cada localidade, uma dinâmica de uso e apropriação diferenciada.

Considerando esse processo, Dias (2003) aponta o turismo como um componente da estrutura territorial de lugares e regiões, tornando-se responsável por mudanças sociais e culturais nos destinos, além de ser importante atividade econômica. Portanto, para se compreender a estrutura territorial de lugares e regiões, o turismo configura-se como uma atividade que permite associar o território ao valor, ao comportamento, às experiências vividas pelos sujeitos locais em sociedade e na relação com o meio.

2.2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: EM BUSCA DE UM MODELO DE GESTÃO

No sentido de fomentar a reflexão que se propõe ao longo desta subseção, consolida-se, inicialmente, uma abordagem do turismo em uma perspectiva mais ampla, como um vetor para tratar exclusivamente do Turismo de Base Comunitária (TBC). Assim, com base na bibliografia, a partir de algumas referências, na discussão da temática proposta identifica-se o turismo como um fenômeno social, o qual, de acordo com um conceito mais recente, diz respeito às “atividades de pessoas, identificadas como visitantes que viajam a lazer/férias, negócios, saúde, educação ou outros fins, para um destino fora do seu ambiente habitual, por menos de um ano” (NEVES, 2012, p. 15).

No contexto mundial, o turismo é uma importante atividade econômica, considerando-se que produz renda, intercâmbio de pessoas e de culturas, deixando, portanto, de ser compreendido como um simples fenômeno que ocorre de modo pontual e singular para se tornar comum à vida das pessoas. Nessa concepção, o turismo é entendido como um

fenômeno social, econômico e cultural que envolve pessoas em diferentes espaços. Mas é o papel no desenvolvimento econômico que faz a atividade turística se destacar por sua relevância na geração de empregos, além de alavancar o Produto Interno Bruto (PIB) das nações. Conforme divulgado pela Organização Mundial do Turismo (2014), a atividade turística envolve 9% do PIB e 9,09% do emprego mundial.

O turismo, como adverte a Organização Mundial do Turismo (2014), representa um setor promissor, em constante crescimento, gerador de significativo volume de divisas, bem como de sólida alternativa para o desenvolvimento econômico e social de uma determinada área. Com base na leitura de Moraes *et al.* (2001), é possível se identificar que o turismo tem o poder de mudar o perfil social e econômico de uma dada região, configurando-se como uma das maiores e mais lucrativas atividades do mundo. Considerando suas possibilidades para o desenvolvimento de economias locais, o turismo caracteriza-se como:

[...] um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (IGNARRA, 2013, p. 24).

Corroborando a concepção do turismo como uma prática social, Buades (2006) avalia que esta prática foi possibilitada pela globalização, a qual, partindo de uma concepção de livre circulação de pessoas e de capital, tem por finalidade transformar o planeta num espaço aberto. De acordo com esse autor, passa-se hoje por um processo de colonização turística do planeta, uma vez que, além do significativo crescimento da atividade em um curto período de tempo, a maioria dos países busca consolidar uma proposta turística em seus territórios.

Atualmente, o turismo tem uma capacidade especial de condicionar tendências e ocupações territoriais, cabendo, neste sentido, à gestão pública refletir sobre o papel que ele tem no reordenamento dos territórios, a fim de estabelecer normas e diretrizes para a regulamentação territorial da atividade. Ferreira (2009, p. 26) diz que “o turismo vem sendo espacializado a partir de dois padrões de desenvolvimento: o padrão desenvolvimentista, no sentido de crescimento a qualquer preço, rápido, desenfreado, e também uma tentativa de se ordenar e disciplinar o uso do território”.

Para Inskeep (1987), o turismo pode ser positivo se a abordagem de planejamento ambiental for aplicada com rigor na realização de objetivos de conservação, manutenção e melhoria da qualidade ambiental. Esse autor considera, ainda, que um turismo forte tem como

base um ambiente conservado e com qualidade ambiental dos recursos naturais, culturais e históricos, o que traz, em consequência, benefício para os residentes. A esse respeito, May (1991) alerta para os impactos produzidos pelo turismo, ainda que sua propagação proporcione renda.

Um desses impactos diz respeito aos diferentes valores dos visitantes, cuja demanda turística reflete as interações de suas necessidades e motivações, incluindo os desejos para “construir o seu bem-estar de maneiras consoantes com as suas forças de caráter” (BENUR; BRAMWELL, 2015, p. 48). O outro impacto mencionado por May (1991) está associado às estruturas (estradas, hotéis, carros e seus efeitos poluentes, aviões e outros). Diante desse fato, governos e gestores passaram a perceber o turismo como inseparável do meio ambiente, devendo aquele, portanto, ser cuidadosamente planejado para evitar problemas de ar, água, ruído, poluição visual, congestionamentos, danos ecológicos, além de outras perturbações (INSKEEP, 1986).

Nessa direção, Moech (2002) igualmente adverte para o fato que a setorização econômica levou o turismo a ser comercializado como um produto, promovendo uma abordagem reducionista em seu tratamento epistemológico, o que descaracterizou as relações humanas existentes no setor, fragilizando a identidade social e ambiental, pelo reducionismo conceitual do fenômeno. Por sua vez, Alves (2016) evidencia no Brasil uma crescente preocupação ideológica com o respeito ao desenvolvimento da comunidade local onde se pratica o turismo, que pode ser considerado, hoje, como uma alternativa ao desenvolvimento socioeconômico de localidades em situações precárias.

Não obstante, de acordo com Mielke e Pegas (2013, p. 172), “num país continental de 8,5 milhões de km², o grande desafio brasileiro é precisamente planejar um programa de governo, em âmbito nacional de desenvolvimento turístico, executando-o de forma a atender a diversidade sociocultural e ambiental presente no país”. Apesar disso, os autores destacam que aqui no Brasil se encontram alguns casos de sucesso, nos quais a atividade turística contribuiu com a melhora da condição de vida através de projetos de Turismo de Base Comunitária (TBC).

2.2.1 Premissas e conceitos sobre o Turismo de Base Comunitária

Como visto anteriormente, a atividade turística vem ganhando importância nas últimas décadas, em função de seu papel relevante no desenvolvimento econômico e também social. No âmbito social, tem como uma de suas razões, propiciar novas experimentações, novas

relações com o outro. É nesse contexto que se tem uma experiência diferenciada, tecida na vida em comunidade: o Turismo de Base Comunitária. Abordar a experiência do TBC é buscar compreender uma proposta de turismo onde a gestão participativa viabiliza um projeto com um objetivo comum.

Na perspectiva de Burgos e Mertens (2015), o TBC surgiu como uma resposta de resistência às pressões mundiais do mercado turístico que, além de excluir as populações locais dos potenciais benefícios da atividade turística, também ameaçam a coesão social, cultural e seu *habitat* natural. Contrapondo-se ao turismo massificado, o TBC encontra-se arraigado em uma proposta de desenvolvimento socialmente mais justo e ambientalmente responsável, consolidando-se, no Brasil, como um modelo de desenvolvimento turístico que pode apontar caminhos para a sustentabilidade. Ao contrário do modelo convencional, pautado pela lógica do mercado, o TBC é compreendido como:

Um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (BRASIL, 2010a, p. 1).

Para o desenvolvimento e gestão do TBC, as comunidades podem se reunir e formar associações, como alternativa de viabilização de atividades econômicas, possibilitando-lhes um caminho efetivo para participar do mercado em melhores condições de concorrência. Trata-se do associativismo, definido por Scherer-Warren (2005, p. 42) como:

Formas organizadas de ações coletivas empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos da cidadania, reconstrução ou demandas comunitárias.

Nos roteiros turísticos com gestão coletiva, o associativismo garante a prática da colaboração, parceria e ação conjunta em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade a qual pertence. Em pequenas comunidades, as associações cumprem o importante papel de mediar e regular o fluxo de visitantes, definindo normas internas de capacidade de carga ou mesmo impedindo o acesso a certos lugares, uma vez que dispõem de relativa autonomia sobre o território que consideram como seu, diferentemente da cidade, onde os espaços são vistos como públicos e inominados (BRAMBATTI; NITSCHKE, 2018).

Mielke e Pegas (2013) deixam claro que os projetos de TBC devem ter como princípio básico a melhora da condição de vida das pessoas que residem em regiões, as quais, via de

regra, são excluídas do sistema econômico. Prosseguem os autores afirmando que são regiões onde o estado se faz pouco presente e uma das poucas possibilidades de incremento de renda e geração de emprego se dá através de iniciativas onde a atividade econômica de fundo é o turismo. Torna-se claro, portanto, que os projetos de TBC devem ter uma concepção filosófica inserida nos preceitos do desenvolvimento sustentável.

O TBC apropria-se de outros segmentos do turismo, a exemplo do ecoturismo que engloba viagens que proporcionam ligação entre o homem e a natureza, mas também promovem recursos para a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento das comunidades receptoras (SOUZA; BRAGHINI; ARAÚJO, 2010). Para os autores, o desenvolvimento desse processo requer a participação da comunidade no planejamento e escolha das ferramentas que, mediante diálogo, permitam gerar reflexão e discussão sobre sua realidade, de modo a se tornar capaz de transformá-la.

Conforme o Ministério do Turismo, no Brasil, o TBC se desenvolve com maior intensidade em áreas protegidas e espaços rurais que, em sua maioria, abrigam comunidades com poucas perspectivas econômicas (BRASIL, 2010a). Uma de suas características fundamentais, e que torna singular a experiência do TBC, é o papel principal das comunidades locais, que se organizam e participam socialmente na gestão dessa atividade, com predomínio das relações sociais nos serviços turísticos desenvolvidos. Como afirmam Ruiz *et al.* (2008, p. 400), “é a comunidade no turismo e não tanto o turismo na comunidade o determinante no TBC”.

A esse respeito, Gastal e Moesch (2015) salientam a importância da dimensão pedagógica que deve permear os projetos turísticos comunitários, distinguindo o planejamento estratégico como parte do processo de exercício da cidadania e função educativa relevante nas tomadas de decisões e ações que objetivam a transformação da realidade. De igual modo, Simmons (1994) destaca a necessidade de uma considerável educação dos moradores das localidades, levando-se em conta que, para que possam contribuir plenamente, devem ter confiança originada do conhecimento sobre o desenvolvimento do turismo, em seus pontos positivos e negativos.

Do ponto de vista teórico, as linhas de pensamento de autores como Dreher, Oliveira e Schmidt (2006), dentre outros, abordam com profundidade um ponto fundamental do Turismo de Base comunitária que são os processos de cooperação, “pois envolve uma série de atores sociais locais (comunidades, empresas turísticas – ou não, organizações governamentais – ou não) e não locais como os turistas e intermediários, bem como suas inter-relações” (MIELKE; PEREIRA, p. 70). O envolvimento dos atores locais por meio de um processo de participação

e organização social permite às comunidades assumirem um papel ativo no planejamento e gestão da atividade, visando o bem-estar e a geração de benefícios para seus membros. De acordo com o pensamento de Mielke (2009), é, pois, nesse protagonismo social, decorrente da mobilização de recursos próprios e da valorização do patrimônio comum, que reside o princípio norteador do TBC.

2.2.2 Gestão do Desenvolvimento no contexto do TBC

Em estreita relação com a temática deste estudo, Ferreira (2005) destaca que a cidadania, por exigir instituições, mediações e comportamentos próprios, inclui o compromisso cívico de participação no processo público, conferindo um sentido de identidade e de pertença a uma coletividade, ou seja, um sentido de comunidade. Trazendo a discussão sobre cidadania à luz da problemática turística, a autora revela que a segregação espacial de empreendimentos turísticos, traduzida na concentração da infraestrutura e na escolha restrita dos lugares e espaços que podem ser circulados e frequentados pelos turistas, perpetua as desigualdades sociais no país.

Recorrendo a Irving (2001) para demonstrar a necessidade de se lutar para que o turismo se desenvolva como uma atividade economicamente rentável, ecologicamente correta e socialmente justa, ou seja, sustentável, Ferreira (2005, p. 4) afirma que:

O desenvolvimento da atividade turística qualificada de ‘sustentável’ exige a incorporação de valores e princípios éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, e um novo modelo de implementação de projetos, centrado em parceria, corresponsabilidade e participação.

Nesse tipo de proposta, Gonçalves (2017) pressupõe que a sustentabilidade de um destino turístico possa ser alcançada através de ações conjuntas desenvolvidas com foco em uma gestão sustentável, incluindo além do respeito ao meio ambiente, a promoção da viabilidade econômica, ambiental e social da região. Para esse autor, a intenção sustentável se desenvolve em consonância com as premissas de uma gestão baseada na melhoria da qualidade de vida de uma comunidade e também em sua sustentabilidade.

Com foco na questão ambiental, Limeira e Lima (2017) esclarecem que esta é uma discussão que, na atualidade, assume extrema relevância, principalmente no que se refere às interferências no meio ambiente por ação direta ou indireta do homem. Esses autores, tendo

como referência projetos desenvolvidos na Ilha Mem de Sá por meio da Coordenação do Curso Superior em Gestão do Turismo, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), evidenciam o turismo como instrumento para a valorização da cultura local e o uso sustentável do meio ambiente, visando à melhoria da qualidade de vida e da sustentabilidade local.

O conceito-chave, apontado por Ferreira (2005), para o desenvolvimento sustentável é a participação das pessoas em suas comunidades, sendo esta a melhor preparação de cidadãos para a sociedade global. Esse posicionamento vai ao encontro do pensamento de Lafer (2003) quando este menciona que ser cidadão é construir o espaço público, considerando-se que a cidadania não diz respeito somente aos direitos, mas é a condição jurídica acrescida da luta pela construção destes na esfera pública.

Mas para que essa participação de fato ocorra, Ferreira (2005) destaca a importância da atuação educativa, pois só assim se terá o desenvolvimento de um turismo que privilegie o ser humano e busque a redução das desigualdades sociais. Para a referida autora, a educação deve ser entendida como um processo de aprendizagem de conhecimento e exercício de cidadania, que capacita o indivíduo para uma visão crítica da realidade e uma atuação consciente do espaço social. Nesse processo, insere-se a educação ambiental, “na medida em que se concebe que educar significa ‘saber ler o mundo’, estabelecendo um movimento de conhecer para transformar e, ao transformar, conhecer” (SOUZA; BRAGHINI; ARAÚJO, 2010, p. 237).

Assim, é possível identificar que, no desenvolvimento do turismo, se é importante para o mercado ter consumidores satisfeitos, também é para sociedade ter cidadãos realizados, conscientes e participantes na comunidade, o que se dá via processo educacional. Não se pode esquecer que,

[...] muitas vezes, o turismo, inicialmente, tem um elevado grau de aceitação e envolvimento dos moradores da área de destino. Depois de um considerável desenvolvimento, os moradores começam a avaliar e agir sobre as mudanças negativas trazidas pelo desenvolvimento do turismo. Incertezas e incompreensões sobre o turismo são mais prováveis na ausência do envolvimento adequado dos residentes (SIMMONS, 1994, p 100).

Tendo como referência a questão do desenvolvimento, Meguis et al. (2015) apontam que este traz consigo uma promessa de mudança estrutural, o que permite conceituá-lo sob o aspecto das três gerações de direitos humanos: (a) direitos civis, políticos e cívicos; (b)

direitos econômicos, sociais e culturais, dentre eles o direito ao trabalho digno; (c) direitos coletivos ao meio ambiente. Nessa perspectiva, o desenvolvimento objetiva, sobretudo, maximizar a igualdade, a solidariedade e equidade, de tal modo que se reduzam as disparidades regionais no país, o que perpassa pela cidadania.

O desenvolvimento local evidencia o desenvolvimento endógeno, o qual envolve não necessariamente o crescimento econômico, mas considera importante a melhoria da qualidade de vida da comunidade local, propondo, para tanto, um desenvolvimento engajado em compromissos solidário-associativos que consigam reafirmar a identidade da comunidade receptora. O turismo, apesar dos impactos negativos que possa proporcionar, contribui para reforçar essa identidade quando permite à comunidade se mobilizar no sentido de gerar produtos, com a finalidade de atrair e agradar os turistas. Com isso, torna forte o sentimento de pertencimento do indivíduo (MEGUIS et al., 2015).

Nessa direção, o TBC é considerado como novo eixo do turismo, apresentando-se como ferramenta de desenvolvimento local, na forma de “organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação de serviços turísticos” (MEGUIS et al., 2015, p. 107). Corroborando esse pensamento, Proença, Pires e Jesus (2015) afirmam que o TBC vem se intensificando e se definindo como um processo de mudanças no papel de turismo em comunidades, promovendo diversos benefícios que vão desde a valorização das culturas locais à intensificação das redes solidárias, organizadas para gerar emprego e renda por meio dos serviços turísticos.

Na inter-relação com a educação, Proença, Pires e Jesus (2015) fazem uma análise do TBC como um segmento do turismo que dá visibilidade às comunidades com identidades culturais singulares, permitindo que estas se reafirmem pela geração de renda, além de favorecer a aproximação entre comunidade e turista. Do ponto de vista social, cultural, ambiental, político e econômico, a partir da junção de conhecimentos empíricos dos indivíduos locais com a base teórica dos profissionais do turismo, o TBC possibilita a inclusão e o desenvolvimento de práticas sustentáveis, diferentemente do turismo de massa com suas características, grosso modo, excludentes.

Na leitura de Moraes et al. (2001) é possível identificar que o turismo tem o poder de, em pouco tempo, mudar o perfil social e econômico de qualquer região, configurando-se como uma das maiores e mais lucrativas atividades do mundo. Dentre as oportunidades do turismo, as autoras destacam o desenvolvimento da cidadania de pequenas localidades, ao envolver toda a comunidade no sentido de controlar e determinar os objetivos da exploração

turística em sua região. Contudo, há de se considerar que, para evitar os efeitos negativos do turismo, é necessário um planejamento cuidadoso com vistas à construção de uma atividade socialmente responsável e ambientalmente viável através de um diálogo fundamentado a partir das necessidades regionais.

Diante disso, fomentar o turismo exige um novo olhar sobre os problemas sociais, culturais e ambientais do destino turístico, refletindo sobre os rumos a seguir para promover seu potencial positivo. E na relação com essa participação social é possível apresentar a cidadania como uma abordagem que pode contribuir para o TBC. Entende-se, nesse sentido, que as discussões sobre o tema turismo pode se articular aos debates relativos às questões de direitos humanos, encontrando-se diretamente vinculados ao contexto socioeconômico no qual se inserem.

Percebe-se que há um consenso entre os diferentes autores quanto à importância de um projeto turístico que se preocupe com as comunidades menos favorecidas, envolvendo-as nessa atividade. Para essa participação ativa, é indispensável se estabelecer um processo educativo com a finalidade de fomentar aprendizagens e o exercício de práticas que capacitem os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, reconhecendo-se, acima de tudo, como sujeitos de direitos e, por isto mesmo, cidadãos. Planejamento turístico, educação e participação são, portanto, os meios pelos quais o turismo pode utilizar para fomentar o desenvolvimento da cidadania nas comunidades menos favorecidas.

Simmons (1994) defende a ideia de que devem ser estimuladas pesquisas que avaliem métodos de participação das comunidades alvo no planejamento estratégico do turismo, bem como das estruturas que garantam o apoio contínuo do público em geral. Em consonância com o pensamento de Murphy (2002), entende-se que o turismo, para melhor servir, necessita ser visto como uma indústria comunitária, uma empresa corporativa que representa os interesses da comunidade. Ao se implementar essa concepção operacional do turismo, na prática, assegura-se à comunidade o acesso ao espaço público, onde lhe é permitida a construção e o exercício de sua cidadania.

2.3 CIDADANIA E A QUESTÃO DE GÊNERO

O gênero permite, enquanto instrumento teórico, uma abordagem analítica das relações sociais. Cabe destacar que a emergência do conceito está impregnada de uma dimensão política, tanto no que diz respeito às suas origens, quanto aos seus propósitos

voltados, principalmente, às mudanças nas relações de poder imbricadas no princípio organizador da desigualdade entre homens e mulheres.

Assim, procurando abolir qualquer forma de dominação-exploração no conjunto das relações sociais, a manifestação e importância do conceito gênero possibilita a discussão das bases materiais da sua constituição na relação com a cidadania. É sobre esse eixo que se desenvolve esta seção, a qual se pauta, basicamente, na leitura de estudos que se debruçam sobre as particularidades da cidadania, além daqueles autores que tratam da questão que envolve o gênero.

2.3.1 Concepções relativas à Cidadania

De modo geral, o conceito de cidadania diz respeito à questão dos direitos e deveres do indivíduo, pressupondo, ainda, sua participação ativa em um grupo ou comunidade. De acordo com Lafer (2003), essa inserção é indispensável para formar um todo, em cujo âmbito as individualidades ficam em segundo plano, pois o coletivo se sobrepõe como preocupação primeira. Contudo, conforme observa Matos (2003), no mundo ocidental a cidadania insere-se em uma visão democrática liberal, a qual reforça o individualismo e as desigualdades sociais, como se constata, por exemplo, no Brasil, em relação à questão de gênero.

Com esse foco, chama-se à atenção para o fato do conceito de cidadania, no Brasil, ser ainda uma expressão vaga e sem significação, e quando se pretende defini-la, surgem as mais variadas explicações, tais como: é quando o cidadão cumpre seus deveres e conquista seus direitos; é atuar dentro de uma sociedade, ter direitos e deveres e fazer uso destes; é a possibilidade de desfrutar da condição de ser brasileiro, enquanto condição relacionada à própria questão da nacionalidade. Esse parco conhecimento serve para mostrar que o discurso sobre cidadania e direitos humanos, em sua formalidade abstrata, deve ser redimensionado de maneira a fazer parte integrante da vida do homem, das práticas sociais.

Andrade (1993) considera que para o discurso jurídico, a cidadania é uma categoria estática e cristalizada, ora identificada com a nacionalidade, ora dela diferenciada. Segundo a autora, não há um aprofundamento das análises acerca da cidadania por parte dos juristas, figurando uma aparente indeterminação significativa, não apresentando, por sua vez, um estatuto próprio, pois, para os autores que a identificam com a nacionalidade, ocorre uma preocupação tão somente com a aquisição ou perda da nacionalidade. Assim, no discurso

jurídico, a cidadania não apresenta um estatuto próprio, apresentando-se como algo indefinido.

Historicamente, a cidadania, partindo-se do discurso da modernidade, emerge juntamente com a lógica do Estado moderno, vinculada ao *jus naturalismo* envolto num contexto libertário, tendo a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, como o marco da concepção liberal individualista e do reconhecimento dos direitos, a partir de um novo referencial: o ser humano. Assim, de acordo com Bobbio (2004, p. 1), “os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais”, avançando-se, gradativamente, na ampliação e no reconhecimento dos direitos do homem acima do Estado.

Segundo Ferreira (1993, p. 31) os pressupostos que sedimentaram o conceito liberal de cidadania são: “o direito natural, a liberdade de pensamento e de religião e a igualdade perante a lei”. Dessa forma, os direitos fundamentais, a que Norberto Bobbio (2004) se referiu e que originaram a cidadania, seriam os direitos formais de liberdade e que resultaram nos direitos civis de hoje. No mesmo sentido, T. H. Marshall (1967, p. 63-64), em sua obra *Cidadania, Classe Social e Status*, afirma de maneira eloquente que “a cidadania é um processo em desenvolvimento, que se origina historicamente com o surgimento dos direitos civis”.

Assim, a cidadania civil surge no decorrer do século XVIII sob a forma de direitos de liberdade, a liberdade de ir e vir, de pensamento, de religião, de reunião, pessoal e econômica, visando garantir o espaço do indivíduo frente ao poder coercitivo do Estado, desde que não violasse os direitos dos outros. Enquanto igualdade básica de participação na sociedade, a cidadania se dá na concretização de direitos e, por sua característica moderna, demonstra a ruptura com o feudalismo medieval. O discurso da cidadania, sem reduzi-la apenas à simples vinculação à nacionalidade,

se materializa, democraticamente, quando enunciado pelos sujeitos sociais e políticos, visando erigi-lo em espaço político reivindicatório de direitos, seja de velhos direitos estratificadamente reconhecidos, ou de novos direitos, bem como em espaço de exercício de direitos, estatais e paraestatais. Significa que o sentido democrático da cidadania é um discurso postular da possibilidade permanente do dissenso (conflito), ao defender a existência da pluralidade discursiva e do direito aos direitos, indefinidos, não congelados (ANDRADE, 1993, p. 72-73).

Isso permite ver a coerência expressa por Hannah Arendt (2007, p. 22), ao afirmar a cidadania como o acesso ao espaço público, partindo do pressuposto de que o “direito a ter

direito” passa pela questão do vínculo jurídico com um determinado Estado. Na concepção da autora, é necessário esse vínculo para que o sujeito possa lutar pelos direitos humanos, levando-se em conta que, sem ele, o sujeito torna-se um apátrida, o que significa dizer não ser amparado por um sistema legal que possa lhe garantir uma possível efetividade de direitos.

O problema relativo aos direitos do ser humano não é mais o de fundamentá-los, e sim o de protegê-los, o que consiste, na visão de Norberto Bobbio (2004, p. 25), em saber “qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles não sejam continuamente violados”. Esses direitos fundamentais à condição humana devem ser exigidos por seus destinatários, pois somente através da mobilização, pelo respeito e reconhecimento desses direitos é que será alcançada sua efetividade. Porém, a falta de conhecimento e, conseqüentemente, a falta de reivindicação desses direitos constitui-se um entrave para a sua efetividade, precisando, para tanto, da educação em direitos humanos e cidadania para que se possa levar à emancipação da população e à luta pelos direitos já elencados na Constituição Federal de 1988.

Cabe destacar que em países desiguais como o Brasil, o cotidiano vivido pela ampla maioria de sua população apresenta-se, ainda, em situação de miserabilidade, analfabetismo, desemprego, subemprego, fome e violência, que dão origem a um senso comum de conformidade com as atuais circunstâncias, tornando os indivíduos incapazes de distinguir representação da realidade. Identifica-se, pois, que a perpetuação de uma cultura dominante que serve à manutenção e reprodução do *status quo*, ou seja, à permanência do estado atual das coisas, forma uma barreira de difícil transposição no que diz respeito à conscientização do indivíduo no assunto referente aos direitos humanos, tornando-se custosa a construção de uma cidadania com dignidade.

Retomando-se a discussão sobre a cidadania, observa-se, que ocorre uma crise em torno dela, pois os indivíduos desconhecem seus direitos, o que demora em se chegar à efetivação dos direitos humanos. Conforme Scherer-Warren (2005, p. 69),

[...] a simples situação de miséria, de discriminação ou mesmo de exploração não produz automaticamente este reconhecimento. E mais ainda, como reconhecer o direito de lutar por um direito? Neste sentido, é fundamental a existência de um fator subjetivo, ou seja, o reconhecimento de sua dignidade humana, que sempre foi solapada nas classes subalternas e tem suas raízes no sistema escravocrata e colônia.

Essas profundas raízes históricas ultrapassaram os sistemas escravocratas e coloniais, encontrando-se a formação jurídica, no país, atrelada ao sistema ideológico, político e burocrático do Estado liberal, refletindo a mentalidade predominante em inícios do século XIX, caracterizada pelo liberalismo individualista. Desse modo, o problema estrutural da sociedade brasileira reside no fato de que a ordem jurídica não apresenta dispositivos que assegurem, na prática das instituições jurídicas, os direitos humanos expressos nos princípios definidos pela Constituição Federal, nomeadamente no que se refere aos direitos do homem, à cidadania, à dignidade da pessoa humana, aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e ao pluralismo político (Título I da Constituição Federal).

A despeito da cidadania se configurar como o direito a ter direitos, tal como assegurado na Carta Magna do país, evidencia-se o desconhecimento do que preceitua o texto constitucional quanto aos seguintes objetivos fundamentais: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a erradicação da pobreza e da marginalização; e a redução das desigualdades sociais e regionais. Em seu título II, a Constituição Federal afirma os direitos civis, sociais e políticos do cidadão e, muito embora a consolidação de tais direitos seja de vital importância para os indivíduos, o que se observa, na prática, é a não existência de garantia suficiente para sua realização.

É fato também que mesmo cabendo ao Estado legislar, além de garantir sua aplicação, ocorre à ineficácia dos direitos. Nesse sentido, torna-se evidente a violação dos direitos humanos fundamentais e as exclusões oriundas das políticas públicas sobre as minorias sociais, tal como se constata na realidade do povoado Mem de Sá, em Itaporanga D'Ajuda/SE, campo da pesquisa a se realizar.

2.3.2 Discussão sob a perspectiva de Gênero

Numa primeira aproximação, o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico, criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseado nas características do gênero (BARRETO; ARAÚJO; PEREIRA, 2009). No sentido estrito, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado, mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes. As classificações sugerem uma relação entre categorias, que permite distinções ou agrupamentos separados (SCOTT, 1995). A autora chama a atenção para a necessidade de se entender o gênero enquanto relação entre os sexos, de como é assegurado um significado para os

conceitos de homem e mulher e as práticas pelas quais os significados da diferença sexual são definidos.

Segundo o Manual de Formação em Gênero da Oxfam (MORAES, 2005), a palavra gênero foi usada na década de 70, por Ann Oakley e outros autores, no intuito de descrever aquelas características de mulheres e homens que são socialmente determinadas, em contraste com aquelas que são biologicamente definidas. Conforme a autora, a distinção entre sexo e gênero foi criada, essencialmente, para enfatizar tudo o que homens e mulheres fazem, isto é, tudo o que é deles esperado, com exceção das funções sexualmente distintas, tais como gestação, parto, amamentação, fecundação. No entanto, o termo muda através do tempo de acordo com a transformação e variação dos fatores socioculturais.

Recorrendo à Moraes (2005), identifica-se que ser homem ou mulher é aprendido, desde o momento do nascimento, com os grupos sociais (família, escola, amigos, trabalho, dentre outros) com os quais se convive e que ensinam como se tornar meninos e meninas, homens e mulheres. Assim, são ensinados, no dia a dia, comportamentos, atitudes e relacionamentos adequados, papéis e atividades caracterizadas como sendo de meninas e de meninos. Esses ensinamentos são incorporados, determinando a organização da identidade de gênero. Entretanto, tal conceito é dinâmico, podendo variar entre raças, culturas, classes, notando-se que esses comportamentos e papéis mudam com o tempo, com as condições sociohistóricas.

Sendo assim, as concepções sobre o conceito gênero diferem em lugares, países e tempos, devendo ser entendido, portanto, enquanto construção de identidades múltiplas, plurais dos sujeitos, as quais se transformam (LOURO, 2003). Nesse enfoque, o sentido do termo gênero é diferente de papéis, porque gênero constitui o sujeito, faz parte de sua construção social, ultrapassando a ideia de desempenho de um simples papel que lhe é determinado por outrem, embora, o papel desempenhado pelos sujeitos estejam totalmente ligados ao gênero, pois tais papéis e ações dependem da aprendizagem destinado a homens e mulheres.

No entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é representada pela cultura que cria padrões associados a corpos distinguidos inicialmente por seu aparatado genital. Mas, o conceito de gênero foi elaborado para evidenciar que o sexo anatômico não é o elemento definidor das condutas da espécie humana. Assim, conforme explicam Barreto, Araújo e Pereira (2009), gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos. Para Lauretis (1994, p. 210):

O termo gênero é, na verdade, a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria. Gênero é a representação de uma relação [...], o gênero constrói uma relação entre a entidade e outras entidades previamente constituídas como uma classe, uma relação de pertencer [...]. Assim, gênero representa não um indivíduo e sim uma relação social; em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe.

Na reflexão teórica de Dourado (2015), a criação de conceitos está condicionada por situações históricas, sendo, além de uma reflexão abstrata, resultado de uma dada realidade, que implica na produção desse conhecimento. Desse modo, pensar o conceito de gênero significa observar os seguintes aspectos: (i) as diferenças biológicas que separam homens e mulheres são acompanhadas de um conjunto de códigos, comportamentos e proibições socioculturais associadas a mulheres e homens, ao feminino e ao masculino; e (ii) estes códigos são conduzidos por relações de poder que atribuem às mulheres um papel diferenciado e de vulnerabilidade na estrutura social (QUERINO; LIMA; MADSEN, 2011).

Almeida (2014) identifica que a distinção homem-mulher, em seus diversos termos, tem um caráter social, pois é a sociedade que cria e molda a distinção entre essas duas figuras, concedendo-lhes traços próprios que os diferenciam no cotidiano, no que se refere ao comportamento, ao trabalho e às relações sociais. Tomando como exemplo a mulher rural, a autora em referência, menciona que os espaços dessa mulher estão vinculados à esfera de produção no trabalho agrário, associada de forma preferencial à atividade masculina. Todavia, a forma de integração feminina nessa esfera produtiva é caracterizada pela discriminação e segregação nas condições de trabalho: “salários mais baixos, empregos menos qualificados, com menores possibilidades de mobilidade ascendente, ausência de postos de direção, entre outros, quando não ocorre a invisibilidade de seu trabalho [...]” (ALMEIDA, 2014, p. 145).

Imbricada no gênero, encontra-se a questão pertinente à vulnerabilidade das mulheres em determinados grupos sociais, o que leva a se direcionar o olhar para os espaços tradicionalmente ocupados por elas, dentre esses, o âmbito doméstico. Esses espaços, de acordo com Souza e Ratts (2006), resgatam traços do processo histórico e das representações simbólicas que estruturaram e definiram os papéis e o lugar das mulheres na sociedade. Com esse foco, Almeida (2014) menciona que a presença da mão de obra feminina, abundante, doméstica, com retribuições salariais pequenas, estimulou a exploração de mercados de trabalho femininos desprotegidos e marginalizados, fazendo parte de uma economia vinculada ao localismo das relações laborais.

As reflexões teóricas espaciais que sustentam a necessidade e a possibilidade de um discurso geográfico, a partir da condição feminina, mostram que há marcas da mulher no

espaço e, sobretudo, na organização, produção e reprodução desse espaço (ALMEIDA, 2014). Note-se, de acordo com Almeida (2014, p. 146), que pertencer à condição masculina ou feminina, determina o espaço a ocupar: “o espaço físico, o espaço político, o espaço de relações, o espaço econômico. Determina, também, as condições de uso desse espaço”. Assim, a relação entre homens e mulheres segue padrões assimétricos provenientes de um contexto organizador de construção social e cultural (PIMENTA, 2014), influenciando os mais diversos aspectos sociais e culturais, inclusive nas relações estabelecidas no âmbito do turismo.

Moreira (2016) ressalta o fato de o turismo ter se revelado uma atividade econômica reconhecida internacionalmente, devido ao seu potencial para a geração de empregos e para fomentar o desenvolvimento sustentável de regiões turísticas. Apesar de ser uma atividade que se mostra como uma alternativa para a inclusão de mulheres no mercado de trabalho, o turismo, ainda assim, não tem garantido o estabelecimento de relações equitativas de gênero. É fato que a atividade de turismo, quando analisada sob a perspectiva da categoria de gênero:

[...] mostra um campo de trabalho repleto de contradições. Se por um lado as mulheres são incluídas em atividades remuneradas, o que pode contribuir para a maior autonomia delas, de outro, pode-se perceber nas regiões turistificadas a reprodução da desigualdade entre homens e mulheres, derivadas dos estereótipos dos papéis de gênero relativos aos aspectos socioculturais (ALVES; MOREIRA, 2016, p. 15).

Condições diferenciadas por gênero são apropriadas pelo mercado de trabalho, determinando que homens e mulheres ocupem nele lugares diferentes e hierarquicamente definidos, bem como favorecendo a ocorrência de mecanismos discriminadores em relação às mulheres, que se expressam tanto no acesso ao trabalho, quanto na posição ocupada e na qualidade do trabalho realizado. Segundo Bruschini (1998, p. 38-39), “o lugar ocupado por homens e mulheres, nos setores de atividade econômica e na hierarquia das ocupações, tem a marca do gênero”.

Pode-se dizer que as discriminações têm atuado como eixos estruturantes dos padrões de exclusão social, lógica que se reflete no mercado de trabalho, no qual as mulheres vivenciam situações desfavoráveis, sendo este um dos espaços onde se evidenciam as desigualdades entre homens e mulheres. Na abordagem do gênero, no caso de ser mulher marisqueira, a situação se torna complexa na medida em que seu trabalho é pouco

considerado em relação a outras atividades desenvolvidas por populações tradicionais, como a pesca realizada por homens.

3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O ato de pesquisar determinado tema implica em algum tipo de envolvimento com o objeto a ser pesquisado. De acordo com essa premissa, adentrar no universo de uma comunidade requer metodologias adequadas para desvelar o espaço delimitado, tendo como alicerce os referenciais teóricos a serem aplicados na prática. Num primeiro momento foi feita uma revisão crítica da literatura específica, no sentido de se abrirem algumas janelas para clarificar o caminho a seguir no trabalho de pesquisa.

Diante do levantar de questões, a pesquisa é uma atividade fundamental que, integrando a teoria e a prática, desenha o processo que leva à procura de descoberta da realidade. Trata-se, pois, de uma atividade complexa que interliga duas vertentes da pesquisa: a teoria e a prática, combinando-as na resposta aos problemas levantados (STAKE, 2009). A pesquisa tem um caráter pragmático que, envolvendo um conjunto de procedimentos orientados por etapas, busca respostas para os problemas levantados, seguindo um método científico.

Esses procedimentos, que conjugam a ação e a filosofia do pensamento através da formulação de hipóteses ou de questões norteadoras e das confirmações ou negação, pela análise dos dados recolhidos, são denominados procedimentos científicos (GIL, 2010). A pesquisa necessita, portanto, de métodos e procedimentos precisos, planejamento eficaz, critérios e instrumentos adequados, que passem confiança e credibilidade tanto aos envolvidos no processo quanto no resultado do trabalho (MARCONI; LAKATOS, 2003). Destaca-se que no método da pesquisa outras questões relacionadas ao estudo devem estar de acordo com o tipo de trabalho que se desenvolve.

Segundo Minayo (2004), ao se desenvolver uma proposta de investigação, ou até mesmo no desenrolar das etapas de uma pesquisa, tende-se a reconhecer a conveniência e a utilidade dos métodos disponíveis, face aos tipos de informações necessárias para se cumprir os objetivos do trabalho. Com base nesse enfoque, o método utilizado na pesquisa, privilegiará um conjunto de normas de caráter científico visando assegurar a coerência e a inteligibilidade interna do trabalho, de modo a conduzir à concretização dos objetivos propostos no estudo.

Desse modo, procurando explicar o plano de ação a ser seguido na pesquisa, são identificados e caracterizados, nesta seção, as opções metodológicas, os instrumentos de coleta de dados, os procedimentos e a apresentação do contexto em que se realizou o estudo.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Dentro da proposta de conhecer a situação da comunidade de marisqueiras quanto ao exercício da cidadania, o levantamento de dados deu-se mediante a pesquisa qualitativa. A abordagem qualitativa do problema pretendeu demonstrar a relação dinâmica entre o mundo real e as participantes da pesquisa, uma vez que existe um vínculo indissociável do mundo objetivo com a subjetividade do sujeito, o qual tem dificuldades em ser traduzidos somente em números (GIL, 2010). Nesse contexto, o ambiente natural e construído pelo homem constitui-se nas fontes diretas para essa coleta de dados, tornando-se o pesquisador, conforme esclarece Gil (2010), um instrumento chave na procura de significados, motivações, aspirações, crenças envolvidas, valores e atitudes contidos nas informações fornecidas pelos participantes.

A investigação baseou-se, ainda, no referencial da metodologia da pesquisa-ação, pois esta pode ser associada a diferentes formas de ação coletiva, orientadas em função da resolução de problemas ou com vistas à transformação. Segundo Thiollent (2008, p. 14):

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Nesse contexto de pesquisa, adotou-se a abordagem interpretativa do método fenomenológico na construção do conhecimento. Para Medeiros, Passador e Bechelini (2010, p. 23):

A palavra fenomenologia é derivada das palavras gregas *phainomenon* (aquilo que se mostra a partir de si mesmo) e *logos* (ciência ou estudo), ou seja, etimologicamente, fenomenologia é o estudo ou a ciência que se revela por si mesmo (o fenômeno) [...], a fenomenologia é ‘um nome que se dá a um movimento cujo objetivo precípua é a investigação direta e a descrição de fenômenos que são experienciados conscientemente, sem teorias sobre sua explicação causal e tão livre quanto possível de pressupostos e de preconceitos’.

De acordo com Bogdan e Biklen (2010), a investigação fenomenológica começa com o silêncio, na tentativa de captar aquilo que se estuda, buscando penetrar no mundo conceitual

dos seus sujeitos com o objetivo de compreender como e qual o significado que constroem para os acontecimentos das suas vidas cotidianas. Prosseguem os autores afirmando que:

Os fenomenologistas acreditam que temos à nossa disposição múltiplas formas de interpretar as experiências, em função das interações com os outros e que a realidade não é mais do que o significado das nossas experiências. Conseqüentemente, a realidade é socialmente construída (BOGDAN; BIKLEN, 2010, p. 54).

Para fazer uso dessa possibilidade metodológica, buscou-se saber a preocupação central da fenomenologia husserliana que é de erigir uma filosofia atrelada aos dados imediatos e inegáveis para, posteriormente, utilizá-los como embasamento para a construção de teorias. Como lema, tem-se o “retorno às próprias coisas”, isto é, “buscar coisas manifestas, fenômenos tão evidentes que não possam ser negados” (REALE, 2007, p. 554) Segundo Peixoto (2011), a fenomenologia institui um processo de naturalização da investigação científica que, sem negar a razão, restitui-lhe a dimensão crítica e humanizadora.

Considerando-se que a construção do conhecimento pode se pautar em diversos métodos, adotou-se a abordagem interpretativa do Método Fenomenológico, sistema ligado a Edmund Husserl, a quem se deve sua elaboração. Para fazer uso dessa possibilidade metodológica, entende-se que a preocupação central da fenomenologia husserliana é de erigir uma filosofia atrelada aos dados imediatos e inegáveis para, posteriormente, utilizá-los como embasamento para a construção de teorias.

A fenomenologia, como base útil ao turismo devido ao seu foco na consciência humana, na vivência de situações sociais durante todo o processo de pesquisa, consegue capturar a essência da experiência humana e sua interação com os ambientes. Medeiros, Passador e Bechelini (2010) ressaltam que, por meio da fenomenologia, o turismo pode obter caráter diferente do qual hoje possui e receber um sentido humano.

3.2 LOCAL DO ESTUDO

As ilhas fluviais são territórios peculiares, “onde vivem as pessoas que fazem do convívio, na simplicidade do cotidiano, um verdadeiro mosaico de cultura. São moradores que ocupam terras que não consideram de sua propriedade, mas sim do rio” (SOUZA; SANTOS; BRANDÃO, 2009, p. 4). A fixação de moradores nas ilhas encerra uma nova dinâmica de

existência, na qual esses sujeitos procuram criar laços de afetividade, criam arranjos e estratégias de pertencimento nestes espaços.

Souza, Santos e Brandão (2009) consideram as ilhas como territórios com limites inconstantes e, enquanto espaços de produção social, as ações de vida e trabalho se processam em função da existência desse território que, apesar de não ser fixo, mas sim fluido, está presente na vida das pessoas por todo o tempo. O território é, portanto, para os moradores das ilhas, uma maneira de se autoafirmarem enquanto construtores de formas próprias de produção e, diante das necessidades básicas de sobrevivência, partilham saberes e estabelecem vínculos, com a intenção de se manterem como viventes de um grupo.

Nesses lugares, a terra e o rio são elementos indissociáveis e significantes, que ligam a natureza e integram os sujeitos, criando vínculos materiais e simbólicos que moldam as representações dos sujeitos construídas e reconstruídas sobre si mesmo e sobre os outros (SOUZA, 2015). Na abordagem da referida autora, a forma de apropriação do território do rio é compreendida a partir dos usos que os sujeitos fazem desse ambiente, exibindo, cada localidade, uma dinâmica de uso e apropriação diferenciada. Assim, no complexo de ilhas fluviais que integram a geografia do Estado de Sergipe, delimitou-se a pesquisa à Ilha Mem de Sá, localizada no Município de Itaporanga D'Ajuda, na periferia oriental atlântica do Estado, num contexto flúvio-marinho da bacia costeira do rio Vaza Barris, dominada pelo clima tropical úmido e subúmido. Ribeiro, Andrade e Braghini (2014, p. 416) assim descrevem:

A Ilha Mem de Sá situa-se em região estuarina, caracterizada por ecossistemas de baixada litorânea, com fragmentos de Mata Atlântica – restinga e manguezal – proporcionando paisagens atrativas ao turismo, não deixando de mencionar que historicamente tal ambiente proporciona aos moradores da Ilha a possibilidade de captura do caranguejo e outros crustáceos, além da pesca, da caça e do lazer.

O acesso à ilha Mem de Sá pode ser feito de duas maneiras: pelo sistema viário e pelo canal estuarino. O primeiro, pelas rodovias SE- 100 ou pela SE- 270 até alcançar o Porto dos Caibros, no riacho Água Boa, para se realizar a travessia até o cais da ilha, denominado localmente Porto da Areia. No caso da via estuarina, é possível chegar à Mem de Sá a partir do Mosqueiro, na Zona de Expansão de Aracaju, pelo rio Santa Maria, Vaza Barris e Riacho Paruí (VILAR, no prelo), conforme se apresenta na Figura 1, a seguir.

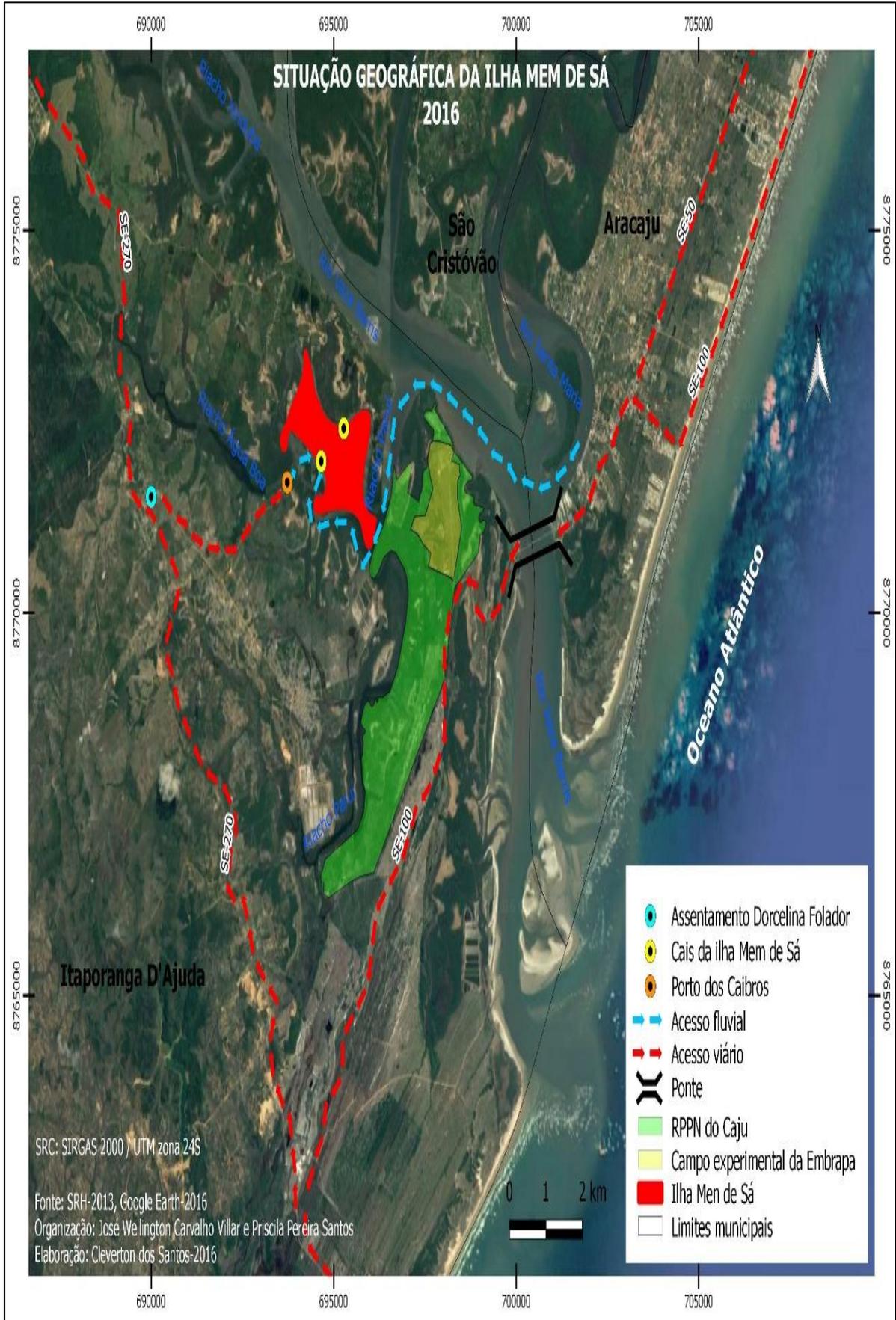


Figura 1 - Situação geográfica da Ilha Mem de Sá
Fonte: José Wellington Carvalho Villar (No prelo)

Enquanto o município de Itaporanga d'Ajuda, do qual a Ilha faz parte, teve seu início com um grupo indígena liderado pelo cacique Surubi, que ali chegou com seu povo em busca de melhores condições de vida (RIBEIRO; ANDRADE; BRAGHINI, 2014), segundo dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2007), originariamente a Ilha Mem de Sá foi povoada por três famílias. Ao longo do tempo, essas famílias vieram a utilizar os recursos encontrados no ambiente circundante, como os ecossistemas de restinga e manguezal e o estuário.

A ocupação humana no entorno da ilha decorre basicamente dos assentamentos rurais para efeitos de reforma agrária, e as atividades econômicas locais giram em torno de três atividades básicas: agricultura de pequena escala, extrativismo e pesca tradicional. Nesse contexto, a pesca se tornou a principal atividade econômica, junto com o cultivo da mandioca e o aproveitamento do coco. Mas as atividades agrícolas são dificultadas pelos solos da planície costeira que se caracterizam, de maneira geral, pela baixa fertilidade natural e pela elevada acidez e salinidade.

O extrativismo corresponde à extração da mangaba, uma fruta da mangabeira, espécie pioneira da Mata de Restinga, tradicional no litoral sergipano e que está associada à economia local. A lida da mangaba compete às mulheres catadoras que, conhecidas como as senhoras da mangaba, formam, na visão de Mota et al. (2011), uma tríade com as mangabas e as mangabeiras, estreitamente vinculada à construção social de um território das baixadas litorâneas, da planície costeira sergipana.

Aos homens cabe à pesca, universo denominado de masculino, numa rotina que se inicia de madrugada, quando se deslocam até os principais pontos de pesca para depositarem as redes durante a maré cheia e retirá-las com a maré baixa. De acordo com Santana (2010), entre as populações pesqueiras, as mulheres coletam crustáceos e moluscos, trabalho menos valorizado entre os próprios pescadores porque não está ligado diretamente à captura do peixe no rio. A pesca tradicional, base da economia local e do entorno estuarino, corresponde ao fundamento da organização comunitária onde o espaço fluviomarinho e oceânico é permeado por recursos de uso comum, compartilhados por praticamente todas as comunidades fluviomarinhas e costeiras do Vaza Barris (VILAR, no prelo).

Para Vilar (no prelo), nesse ambiente, a ação humana tem sido ambígua, complexa e contraditória, variando entre iniciativas de proteção integral, de uso sustentável, de degradação e de geração de conflitos. Atualmente, pesquisas realizadas nessa comunidade, tal como aquela feita por Santana (2010) e Vilar (no prelo), descrevem que o povoado Mem de

Sá é formado por uma população de aproximadamente 75 famílias (375 pessoas) que vivem há décadas em situação de isolamento geográfico em relação ao seu município, Itaporanga D' Ajuda. Prosseguem os autores citando que, no caso das marisqueiras ou catadoras de mariscos, é possível se perceber a “invisibilidade” de seu trabalho nos arranjos internos e externos relacionados à dinâmica do processo de desenvolvimento local daquela unidade territorial.

Falando a respeito das condições de vida da comunidade na Ilha Mem de Sá, Aragão, Curado e Souza (2010) revelam que há grande preocupação dos pais para com seus filhos, em geral, jovens, no que se refere aos obstáculos para o acesso à educação, saúde e lazer, além das mínimas possibilidades de trabalho não só na Ilha quanto fora dela. Sobre isso, Ribeiro, Andrade e Braghini (2014) evidenciam que, na busca por melhores condições de vida para quem convive e depende dos recursos locais dos rios e manguezais do entorno,

[...] ações de pesquisa e extensão promovidas pelo IFS em parceria com a Embrapa Tabuleiros Costeiros desenvolvem-se desde 2009, na perspectiva de planejamento participativo para o desenvolvimento do ecoturismo como possibilidade complementar de renda para a comunidade. O ecoturismo no projeto tem o perfil do turismo de base comunitária [...] (RIBEIRO; ANDRADE; BRAGHINI, 2014, p. 411).

Ainda que não haja infraestrutura ou operação turística consolidada, ou seja, mesmo sem estrutura para receber turistas, “as manifestações culturais como Samba de Coco, Reisado, Festa do Caranguejo, Festa de Santa Luzia e a própria gastronomia local também são elementos importantes e que despertam o interesse nos visitantes” (RIBEIRO; ANDRADE; BRAGHINI, 2014, p. 416), advindos, principalmente, do entorno da Ilha, aos quais se somam estudantes e pesquisadores brasileiros, além de visitantes de outros estados, geralmente amigos de alguém que conhece a região.

Por fim, recorrendo à Souza, Braghini e Araújo (2010) pode-se dizer que a Ilha Mem de Sá tem despertado o interesse não só de visitantes, bem como de pesquisadores que buscam desenvolver estudos em diversas áreas do conhecimento. Um exemplo disso são os programas desenvolvidos pela Embrapa Tabuleiros Costeiros, em parceria de caráter técnico e científico com o IFS e a UFS.

3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a população ou o universo da pesquisa pode ser definido como o conjunto de indivíduos que partilham, pelo menos, uma característica em comum. Assim sendo, relativamente à população da pesquisa, o universo representa as marisqueiras da comunidade da Ilha Mem de Sá, a partir da qual se seleciona a amostra, segundo informações obtidas através de uma liderança local. Sem seguir procedimentos estatísticos rígidos, adotou-se o critério de acessibilidade, ou seja, incluem-se na pesquisa 17 marisqueiras às quais se teve acesso imediato e direto, e que concordaram em participar das oficinas, dentre estas somente 8 se dispuseram a responder ao questionário.

3.4 INSTRUMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

A escolha do método e do instrumento que materializará a coleta dos dados integra o conjunto de objetivos do dispositivo metodológico da pesquisa, porquanto determinam o tipo de informação que se irá obter e o uso que dela se pode fazer na análise de dados. Os instrumentos a serem utilizados na coleta de dados em muito dependem do tipo de problema, ou de questões para as quais se pretende obter respostas. Constituindo a coleta de dados um aspecto fundamental para apontar caminhos seguros para resolução da problemática observada na comunidade de marisqueiras, são apresentados, em seguida, os instrumentos utilizados na presente pesquisa.

3.4.1 Questionário

Na coleta de dados junto às participantes, optou-se pela aplicação de um questionário (Apêndice 1) como ferramenta, por permitir maior liberdade ao pesquisador, conforme afirma Minayo (2004), e também pela execução de oficina participativa com a comunidade. Marconi e Lakatos (2003) conceituam questionário como sendo um instrumento para recolher informação, composto por questões apresentadas por escrito às pessoas. Nessa perspectiva, o questionário é um instrumento de investigação que visa recolher informações baseando-se, geralmente, na inquirição de um grupo representativo da população em estudo, colocando-se, para tal, uma série de questões que abrangem um tema de interesse dos investigadores, não havendo, para as respostas, interação direta entre estes e os inquiridos.

Assim, na pesquisa realizada, o questionário foi elaborado com a finalidade de levantar informações junto às marisqueiras para caracterizá-las em termos de idade, estado civil, número de filhos, vínculo empregatício, nível de escolaridade, tempo de trabalho como marisqueira, renda familiar e benefícios recebidos do governo. Outro grupo de questões buscou saber se a entrevistada participava de alguma ação decorrente de uma gestão de base comunitária na Ilha. Consideraram-se, para isso, algumas premissas dessa gestão, tais como os componentes evidenciados nas definições de TBC elencadas por Fabrino (2013): 1. Organização/ controle gestão/ participação comunitária; 2. Geração/distribuição de benefícios para a comunidade; 3. Valorização do modo de vida/cultura local; 4. Incorporação da dimensão ambiental; 5. Economia solidária; 6. Integração econômica; 7. Interculturalidade.

3.4.2 Oficina Participativa

Ao estudar comunidades carentes, não se pode supor que os moradores não sabem quais são suas necessidades, fazer a leitura de suas prioridades e apontar os problemas enfrentados, questões essas que esclarecem acerca da qualidade de vida atual e das condições de vida. Na perspectiva de Sousa e Magno (2016, p. 235), imaginar erroneamente que “para aqueles que nada tiveram qualquer coisa serve, é reduzir o olhar para o outro como um mero coadjuvante em um cenário e não o ator principal”.

Com base nesses pressupostos, a proposta de apreender a realidade com os sujeitos que constituem os diferentes lugares, na acepção geográfica do termo, aponta para diferentes metodologias, dentre as quais, salienta-se a oficina participativa, visando à construção coletiva de ideias, tendo como ponto de partida, a perspectiva fenomenológica. Conforme Sousa e Magno (2016, p. 237):

A concepção participativa de metodologias enquanto estratégia de pesquisa tem por objetivo superar os impasses das intervenções formais, envolvendo a problematização das decisões, a partilha de horizontes no processo de produção de verdades e a interação cultural. Nesse processo de encontro entre academia e comunidade, o conhecimento científico passa pelo crivo do mundo da vida.

De acordo com Cordioli (2001, p. 24), a oficina participativa estimula a interação entre os participantes, valorizando sua contribuição, pois “ao colocar indivíduos como sujeitos do processo, desloca-se o eixo de poder, implicando em novas capacidades de decisão, bem

como se desenvolve a confiança mútua entre os diversos segmentos e atores envolvidos”. Na visão de Spink, Menegon e Medrado (2014, p. 34), as oficinas participativas:

São práticas sociais de caráter discursivo cuja produção remete à negociação retórica de versões, apreendida a partir da dimensão performática do uso da linguagem, cujos efeitos são amplos e nem sempre associados a intenções originais.

Em outras palavras, Spink, Menegon e Medrado (2014) afirmam que esse tipo de oficina compreende maneiras por meio das quais as pessoas produzem sentidos sobre fenômenos a sua volta e se posicionam em relações sociais cotidianas. Desse modo, a oficina demanda um espaço comunicacional que legitime a participação dos atores sociais envolvidos no processo e valorize os saberes tradicionais. Torna-se um instrumento de gestão participativa, quando os agentes ou facilitadores externos desenvolvem uma dinâmica de aprendizagem e compromisso mútuos, de maneira que, em conjunto, realizem as ações necessárias para alcançar os objetivos propostos (RODRÍGUEZ; SOTO, 1997).

Com base no referencial de Candau (1995), apreende-se que a metodologia adotada nas oficinas participativas atende aos princípios do paradigma socioprogressista de educação, o qual pressupõe uma prática educacional participativa, dialógica e democrática, comprometida com a construção de uma sociedade que tenha por base a afirmação da vida e da dignidade da pessoa humana. De acordo com esse enfoque, o eixo estruturador da proposta dessas oficinas fundamenta-se em “uma visão de mundo que articula a problemática local com a global e que tem a dignidade humana não apenas como princípio ético abstrato, mas como condição de materializar-se na forma de direitos” (SILVA *et al.*, 2007, p. 7).

Na oficina participativa, consegue-se envolver toda a comunidade, prática que para Candau (1999) se constitui num espaço de construção coletiva do conhecimento, de análise da realidade, de confronto, vivência e troca de experiências. Portanto, “as oficinas são unidades produtivas de conhecimentos a partir de uma realidade concreta, para serem transferidas a essa realidade a fim de transformá-la” (OMISTE; LÓPEZ; RAMÍREZ, 2000, p. 178). Assim, o conceito de oficinas refere-se ao lugar onde se aprende fazendo junto com os outros. A oficina é um âmbito de reflexão e ação no qual se pretende superar a separação que existe entre a teoria e a prática, entre conhecimento e trabalho e entre a educação e a vida.

Neste estudo, as oficinas participativas foram implementadas ao longo de dois dias, envolvendo diferentes momentos. A atividade, a participação, a socialização da palavra, a vivência de situações concretas, a análise de acontecimentos, a leitura e discussão de textos, e o trabalho com distintas representações comunitárias, constituíram-se elementos fundamentais

na dinâmica das oficinas participativas. Para realizá-las, observou-se a seguinte estrutura: planejamento, levantamento de informações/entrevista; reserva de local para a oficina; organização do ambiente; e aplicação com avaliação final.

3.5 PROCEDIMENTOS NA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa-ação dividiu-se em dois momentos interdependentes, sendo que a execução de cada um deles pressupôs a análise dos dados coletados no momento anterior. A pesquisa fundamentou-se em leituras sobre a realidade vivenciada, bem como em obras de autores que corroboram com as reflexões, de modo a permitir que se construísse uma interação entre os sujeitos envolvidos no estudo e a pesquisadora. Assim, na Figura 3, apresenta-se o caminho metodológico que se realizou a partir dos objetivos definidos para a pesquisa.

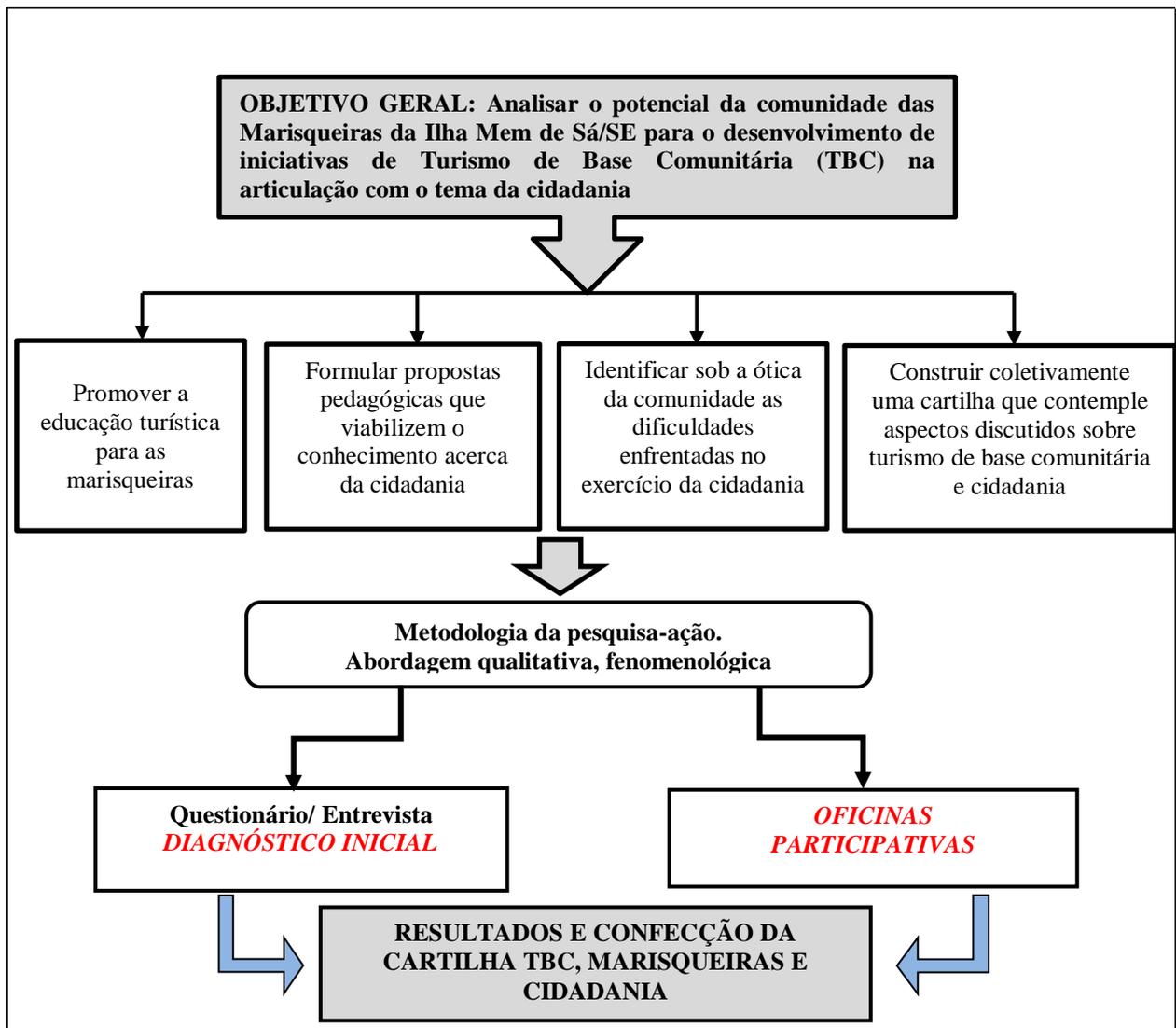


Figura 2 - Caminho Metodológico.

Fonte: Elaboração da autora

O primeiro momento da pesquisa consistiu na fase de diagnóstico, que agregou, exclusivamente, uma entrevista sociocultural (Apêndice 1), com o cuidado de apresentar a pesquisa à comunidade de marisqueiras da Ilha Mem de Sá, através da qual seriam coletados os dados para a dissertação de Mestrado em Turismo Profissional. Na oportunidade, foi explicado que as informações colhidas não seriam usadas para constrangê-las, visto que a investigação tinha como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida daquela comunidade. Uma vez solicitada à colaboração voluntária das participantes, enfatizou-se a necessidade que as respostas fossem de acordo com o pensamento de cada uma, sem levar em conta o que seria desejável pela pesquisadora.

No segundo momento da pesquisa-ação, a avaliação das respostas do questionário repercutiu no trabalho por meio das atividades de uma oficina participativa, definida por Rezende (2007) como um espaço pedagógico onde os participantes são os principais atores do processo de construção do conhecimento, contribuindo com suas ideias e buscando, de forma conjunta e consensual, elaborar o diagnóstico, bem como desenvolver propostas de ação.

A ação propriamente dita, associada à metodologia da pesquisa-ação, consistiu no desenvolvimento da temática mediante a oficina participativa, preparada a partir de um projeto inicialmente estabelecido para dar ênfase à criação de estratégias que favorecessem a criatividade, o trabalho coletivo, a iniciativa pessoal e a autonomia conquistada pelo desenvolvimento da confiança na própria capacidade das participantes de conhecer e enfrentar os desafios.

Mediante o questionário e as atividades desenvolvidas especificamente para esta experiência de turismo, implementada com o propósito de colher, de forma real e prática, resultados de caráter objetivo, esperou-se, no âmbito de uma ação realizada de maneira integrada às ocupações desenvolvidas pela comunidade, que se alcance suas expectativas de bem-estar social e a qualidade ambiental do local onde se insere.

A análise dos dados coletados se baseou na perspectiva interpretativa de Lüdke e André (2013), segundo a qual se deve dar relevância aos significados explícitos e implícitos contidos nos discursos dos pesquisados. Essa valoração do conteúdo implícito justifica-se pela afirmação de que o não dito constitui, também, conteúdo importante da representação do pensamento. Na discussão das referidas autoras, a análise interpretativa não pode limitar-se ao

que está expresso no material, precisando aprofundar-se para desvelar mensagens subentendidas e as dimensões contraditórias existentes.

Assim, no contexto pesquisado, buscou-se relacionar a atuação educativa ao potencial turístico da região e ao exercício da cidadania que, mesmo não resolvendo todos os problemas estruturais, pode minimizá-los a partir de uma prática consciente no que diz respeito à participação do indivíduo em seu espaço social. Os procedimentos de realização das oficinas participativas aconteceram em diferentes momentos, tal como detalhados a seguir.

As oficinas participativas foram realizadas nos dias 01 e 04 de março de 2018. No dia 01/03, ao chegar à Ilha Mem Sá, houve a informação de que a oficina não seria na Escola como acordado anteriormente com a líder comunitária, pois, devido às chuvas, ocorreram danos na estrutura do prédio daquela instituição de ensino. Para esse trabalho, foi programada a utilização de *data show* para a exibição de um documentário sobre experiência exitosa de TBC na comunidade da Prainha do Canto Verde/CE. Mas, houve mudança nessa programação, impossibilitando a exibição do documentário, uma vez que esse encontro foi realizado embaixo de uma mangueira, lugar no centro da Ilha e comumente utilizado para as reuniões das marisqueiras (Figura 3).



Figura 3 - Local de realização da oficina participativa

Fonte: Foto do arquivo pessoal da pesquisadora e de Silene Lazarito.

Com a participação de 17 marisqueiras, procedeu-se à abertura para dar as boas-vindas e a explicação da pertinência da oficina, que se realizou seguindo as questões orientadoras apresentadas na figura 4, a seguir.

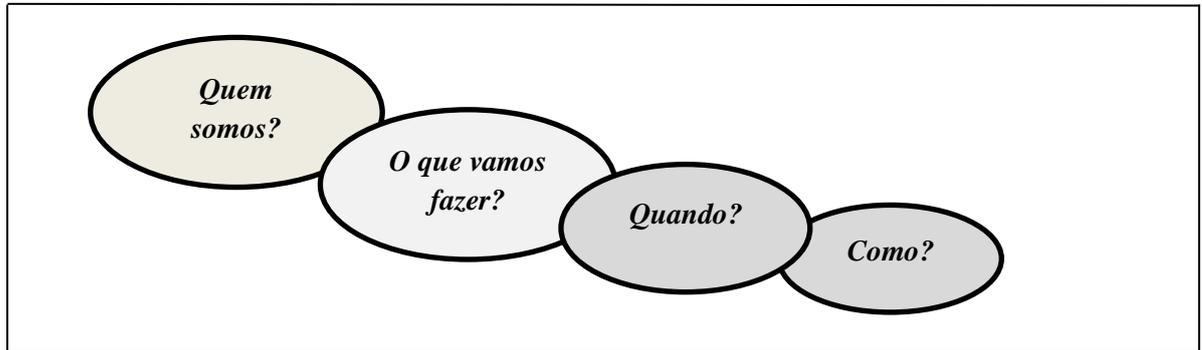


Figura 4 - Questões norteadoras para a oficina participativa

Fonte: Rezende (2007, p. 5).

No detalhamento de cada uma dessas questões, a primeira delas (*Quem somos?*) consistiu na apresentação das participantes, relatando o que fazem e onde fazem. Em resposta ao “que vamos fazer”, procedeu-se à apresentação dos objetivos propostos para a pesquisa, destacando a importância da participação da comunidade para o estudo. No terceiro questionamento, pertinente ao “quando”, explicou-se que as atividades se desenrolariam no desenvolvimento das oficinas. O “como” trouxe a reflexão sobre a oficina, na explicação de seus aspectos básicos a partir do trabalho em grupo.

Houve um pequeno espaço de tempo para esclarecimento das dúvidas das participantes. Na abordagem do tema cidadania, foram trazidos os conceitos de direitos e deveres, solicitando às participantes que citassem aqueles que lembravam, como, por exemplo, o direito à saúde, educação, moradia, emprego e saúde, para confrontar com o que tem na comunidade. As ideias das participantes foram registradas e organizadas em um painel para a discussão no grupo.

Solicitou-se às participantes que indicassem os atrativos da Ilha Mem de Sá para estruturação do turismo, fazendo um mapeamento. Esses pontos foram anotados com a finalidade de serem discutidos em termos de localização e acesso. Em seguida, pediu-se para discutirem e projetarem o que desejavam para a comunidade, ou seja, o que poderia ser feito para proporcionar qualidade de vida em harmonia com o meio ambiente.

Depois da exposição do que a Ilha tem e do que se espera dela, com a intenção de desconstruir, integrar e de introduzir a essência da cidadania participativa, utilizou-se a dinâmica da corrente (Anexo A) com o intuito de mostrar que, quando a solução para um problema é criada coletivamente, o grupo se compromete com a causa e torna-se mais fácil

conquistar um determinado objetivo. Encerrou-se com a música de apoio *É*, de Gonzaguinha (Anexo B), quando todas juntas, brincaram durante a música.

Visando à construção da Cartilha, as ideias das participantes foram registradas, organizadas em um painel e analisadas. Adotando os princípios do *brainstorming*, ou tempestade de ideias, buscaram-se aquelas que melhor refletiam o cotidiano das marisqueiras, as atividades desenvolvidas, os produtos e aspectos ambientais que pudessem atrair o turista. Nessa Cartilha, estão contidas as informações sobre o Turismo de Base Comunitária, os locais inseridos em um roteiro turístico destinado a mostrar a identidade cultural, o patrimônio e o modo de vida das marisqueiras e da comunidade da Ilha Mem de Sá.

Também foi realizada a avaliação dos resultados obtidos em relação ao aprendizado e a atividade de encerramento, quando os participantes foram estimulados a firmar o compromisso em defesa de seus direitos, além de encaminhar as propostas de ações, que constam da Cartilha, para os gestores do município de Itaporanga D' Ajuda.

O dia culminou com uma atividade que consistiu em distribuir um balão colorido e uma mensagem escrita, em um papel dobrado, a cada uma das participantes, pedindo para que enchesse o balão e colocasse, dentro dele, o papel que recebera. Solicitou-se para dar um nó na ponta dos balões e, ao som de música, que os jogassem para cima, sem deixar cair, de modo que todo o grupo pudesse tocá-los. Encerrou-se a técnica solicitando que cada pessoa pegasse um balão de cor diferente da sua. Os balões foram estourados para que cada uma retirasse a mensagem que estava dentro dele. Também se incentivou para que fossem deixadas mensagens espontâneas para o grupo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta Seção, mais que descrever em detalhes a pesquisa, o intento é discutir os dados por ela evidenciados e, por serem sobremaneira relevantes, cabe uma discussão sobre os resultados. Aqui, portanto, traz-se a configuração dos resultados com base na análise e interpretação de uma pesquisa-ação realizada com as participantes na comunidade pesquisada, apresentando-se o perfil das marisqueiras, a proposta de TBC vinculado à cidadania e a cartilha como produto.

4.1 PERFIL DAS MARISQUEIRAS

Na busca da constituição social da população de mulheres marisqueiras da Ilha Mem de Sá, foco central deste trabalho, é importante descrever o contexto territorial na qual esta inserida, descortinando alguns aspectos da situação vivida no município de Itaporanga D'Ajuda. A população, em 2016, estimava-se em 33.713 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), os dados no ano de 2010 indicavam o índice de 0,561.

No ensino, o município, que tem 53 escolas de Ensino Fundamental, 2 de Ensino Médio e 42 escolas de Ensino Pré-escolar, apresentou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede pública até a 4ª série, em 2011, em torno de 2,6 e 2,2, da 5ª a 8ª série. Nesse contexto, destaca-se o índice correspondente a 53,17% da taxa de analfabetismo, 25,70%, acima da média nacional (9,37%). Entre a população feminina, o índice de analfabetismo é 24,59%, enquanto entre a população masculina é 26,85%.

Após essas informações preliminares, que dão a conhecer o contexto pesquisado, prossegue-se, com base no estudo desenvolvido por Santana (2010), a reflexão territorial considerando a necessidade de se compreender e olhar, de maneira abrangente, as populações pesqueiras, onde a produção das mulheres é tão importante quanto à dos homens, ainda que não seja reconhecida como tal. No caso da Ilha Mem de Sá, seus habitantes veem na pesca realizada pelos homens uma atividade mais importante do que a catação de mariscos desenvolvida pelas mulheres locais. A divisão sexual do trabalho a partir das catadoras de mariscos da Ilha evidencia questões de gênero que estão ligadas ao exercício da cidadania, pondo em destaque o papel do turismo no enfrentamento das desigualdades e da exclusão social em um cenário democrático, que pressupõe ampla participação do conjunto de atores sociais, tanto de fora como do interior da Ilha.

Tratando sobre as populações pesqueiras em geral, Ramalho (2006, p. 59) afirma que coube às mulheres, no decorrer dos anos, “o papel de catadeiras, coletadoras ou (como são mais conhecidas) marisqueiras, que dominam junto com filhos e filhas, as margens das regiões estuarinas, dos rios ou dentro dos mangues, com a pesca da ostra, marisco, siri, sururu etc.”. Dentre essas espécies aquáticas, na dinâmica socioambiental que compõem o território da Ilha Mem de Sá, o aratu e o caranguejo são relevantes economicamente devido à comercialização de sua massa, garantindo, conseqüentemente, renda para os moradores, principalmente para as mulheres dessa comunidade que têm a atividade de catação, principalmente do aratu, como fonte de sobrevivência da família.

Essa atividade, de acordo com Monteiro *et al* (2016), envolve algumas etapas. A primeira delas é o procedimento, propriamente dito, de cata do marisco, realizado de maneira rudimentar, sem nenhuma técnica, que é finalizada com a lavagem do marisco no próprio local. Em seguida, as marisqueiras procedem à etapa de cozimento, em panelas de alumínio, no fogo à lenha, para a abertura dos cascos dos mariscos, separados manualmente no processo final, conforme se observou no trabalho de uma marisqueira na Ilha Mem de Sá (Figura 5).



Figura 5 - Trabalho manual de separação da casca do aratu
Fonte: Foto do arquivo pessoal da pesquisadora.

Essa atividade de cata do aratu é realizada, de acordo com levantamento realizado com oito marisqueiras que, dentre as 17 que participaram das oficinas, se propuseram a responder ao questionário. Essas respondentes eram mulheres com idade entre 22 e 50 anos, havendo maior participação de marisqueiras na faixa de 30 a 32 anos (n=3) e de 22 anos (n=2), conforme se pode perceber no grupo de marisqueiras e seus filhos, apresentado na Figura 6, que se segue.



Figura 6 - Mulheres marisqueiras e seus filhos

Fonte: Fotos do arquivo pessoal da pesquisadora

Sobre o estado civil das marisqueiras, foi observada a predominância da condição de casado (n=6), elemento que, segundo Santos (2012, p. 57), em pesquisa similar realizada com marisqueiras da Taiçoca de Fora, em Nossa Senhora do Socorro/SE, “traz uma relevância social para essas mulheres que atribuem ao homem o direcionamento familiar, mesmo que na realidade seja realizado por elas. Isso é fruto de uma sociedade patriarcal na qual estão inseridas”. Nessas famílias, a média de filhos é de 1,13 por marisqueira, variando de nenhum a cinco filhos, conforme a amostra.

Nenhuma das mulheres entrevistadas possui carteira de trabalho, ainda que sete delas fossem registradas como pescadoras e uma, como marisqueira informal, verificando-se que o tempo na atividade se situa entre 8 a 10 anos e mais de 20 anos, para seis e duas entrevistadas, respectivamente. Desse modo, as entrevistadas formam um grupo quase homogêneo no tocante à experiência no desenvolvimento da atividade, devido ao conhecimento adquirido ao longo dos anos, passando de geração a geração, configurando um perfil nitidamente familiar das atividades econômicas.

Os dados sobre a formação escolar evidenciaram que as marisqueiras pesquisadas são relativamente escolarizadas, ou seja, passaram pelo processo de educação na escola, notando-se que cinco mulheres possuem o Ensino Fundamental completo, uma o Ensino Fundamental incompleto e duas, o Ensino Médio completo. A realidade das marisqueiras que, mesmo tendo aprendido na escola, devido ao fato de não terem prosseguido em seus estudos, configura baixa escolaridade (tempo de permanência da escola), uma vez que a maioria não ultrapassou o Ensino Fundamental, aspecto que se denota na dificuldade delas em expressar por escrito suas percepções. Por outro lado, há potencial, por parte das participantes, para a captação das informações sobre as ações relacionadas à sensibilização da comunidade para a proposta do TBC.

O estudo buscou saber a respeito da renda familiar que, para a maioria (n=6) desse grupo de pesquisadas, é menor que um salário mínimo. O resultado é a constatação da condição de pobreza na comunidade, o que sugere a implementação do TBC como um meio a mais para a geração de renda. Na proposta de TBC para a Ilha Mem de Sá, considerou-se a base teórica de Lima (2011, p. 6), segundo o qual, quando se fala sobre esse tipo de turismo “estamos tratando de processos transformadores de contextos sociais que visam romper com os dogmas econômicos vigentes no mundo contemporâneo”. Em outras palavras, significa dizer que se reconheceu, diante da situação de vida das marisqueiras, a necessidade de criar uma ação inovadora por meio turismo, como alternativa para o desenvolvimento econômico da comunidade.

Na questão relativa à quantidade de pessoas da família que contribuem com seu trabalho para o sustento da casa, duas marisqueiras afirmaram que somente elas possuem emprego fixo, cinco relataram que desenvolvem atividades com seus respectivos maridos, e uma citou que, além dela, o pai também desempenha atividade remunerada. Conforme se observa, os filhos, no caso daquelas que os têm, não auxiliam no desenvolvimento da atividade, e tampouco contribuem para a complementação da renda familiar. Sobre receberem

algum tipo de benefício do governo, a maioria das marisqueiras (n=7) afirmou receber apenas o seguro defeso.

Da análise das questões até aqui apresentadas, apreende-se que, dentro da ideia da pouca importância do trabalho realizado por mulheres marisqueiras, são desencadeados outros processos, como a baixa remuneração dos pescados por elas vendidos. A esse respeito, Santana (2010) analisa que essas condições econômicas delimitam, como um todo, os espaços que as marisqueiras devem ocupar na sociedade e na comunidade local. Dito de outra forma, as desigualdades marcam a vida das mulheres marisqueiras, que exercem esta atividade seja por falta de alternativas, seja pela cultura local que considera tal atividade como fazendo parte do conjunto das tarefas domésticas, denotando que o papel dessas mulheres tem limites sociais e territoriais.

Na visão de Santana (2011, p. 4), na construção social dessas marisqueiras, o território revela “um domínio que delimita um espaço ou estabelece fronteiras, por meio de marcas simbólicas e tangíveis, oriundas de representações e sentimentos; esse domínio é estruturado por elementos políticos, econômicos, ideológicos e culturais”. É fato, portanto, que na construção social da comunidade, tanto o território quanto as territorialidades criaram padrões de comportamento que privilegiam a situação do homem pescador, marginalizando o papel das mulheres na atividade marisqueira. As respostas aos questionários reforçam aspectos da identidade de gênero.

Assim, além das questões que permitiram traçar o perfil socioeconômico, outros aspectos foram abordados no sentido de identificar a realidade vivida, visando fundamentar a proposta de TBC. Quando indagadas sobre a visão da comunidade em que vivem, todas as marisqueiras afirmaram ser favorável, elencando os pontos que precisam ser melhorados. Em relação a isso, para a totalidade das participantes, saúde e desemprego são os principais aspectos que necessitam melhorar, seguidos das escolas, que são mencionadas por seis marisqueiras, e da segurança, citada pela entrevistada 1. A realidade dessa comunidade não contradiz a situação vivida em outros municípios costeiros sergipanos, quanto às dificuldades constatadas na saúde pública, desemprego, educação e segurança.

Sobre o que é ser cidadão, o resultado mostrou que, para essas mulheres, significa: “participar das decisões da comunidade” (entrevistadas 5 e 3); “respeitar o outro e exigir ser respeitado”(entrevistada 7); “cobrar o cumprimento das promessas de campanha” (entrevistada 2); “exigir direitos e cumprir deveres”(entrevistadas 6 e 8); “ter liberdade para se expressar”(entrevistadas 1 e 4). Nessa perspectiva, pressupondo que a possibilidade do exercício da cidadania pela comunidade deve passar, inicialmente, pelo conhecimento acerca

de seus direitos e do próprio exercício de sua cidadania, indagou-se às marisqueiras sobre o interesse em discutir a respeito da cidadania. Houve unanimidade quanto ao desejo de conhecer a temática, assim como concordância sobre o conhecimento seus direitos no desenvolvimento do trabalho que desenvolvem.

Apesar da entrevistada 3 mencionar que não gostaria de aprender sobre turismo, as demais revelaram interesse em participar de um projeto de estudo envolvendo o uso do TBC, tendo, inclusive, ouvido falar sobre ele. Todas disseram que participam de um projeto comunitário na Ilha, consignado na forma da Associação de Moradores.

Para essas mulheres, o turismo “*gera renda para a comunidade*” (entrevistada 4), além do significado de “*receber pessoas de outros lugares*” (entrevistada 1). Essas concepções vão ao encontro da perspectiva de Burgos e Mertens (2015), quando esses autores apontam para o turismo como um fenômeno de interação entre o turista e o núcleo receptor, com capacidade de gerar benefícios sociais e econômicos.

A partir da premissa que o turismo se estabelece nas relações humanas, apresentam-se, em seguida, os resultados obtidos com a realização das oficinas participativas.

4.2 A EXECUÇÃO DA PROPOSTA DE CIDADANIA E TBC: ANALISANDO A EXPERIÊNCIA

Como um ponto de partida para novas demandas e transformações sociais na Ilha Mem de Sá, os objetivos que nortearam a proposta de pesquisa, fundamentados num processo socioeducativo, constituíram-se como uma experiência adaptada para a realidade das marisqueiras envolvidas. Por essa razão, para a apresentação dessa vivência junto à comunidade, busca-se, aqui, organizá-la em articulação com os objetivos específicos formulados para subsidiar as ações. Uma das propostas deste estudo diz respeito ao primeiro objetivo específico de promover a educação turística para as marisqueiras.

Para tanto, falou-se sobre o TBC e seus princípios com o apoio de um banner, no qual constava também uma foto do Porto de Areia na Ilha (Figura 7).



Figura 7- Banner para apresentação da temática do TBC

Fonte: Foto do arquivo pessoal da pesquisadora.

A foto do banner causou admiração nas mulheres, sensibilizando-as e despertando o sentimento de identificação e pertencimento na relação com a imagem exposta, observando-se, nesse momento, a prevalência da origem (local de nascimento) como uma característica dessas mulheres. Esse sentimento foi utilizado para iniciar o processo de sensibilização para a temática do TBC, aproveitando o conhecimento prévio que elas possuíam sobre o assunto, uma vez que na Ilha já existem projetos e ações desenvolvidos pelo IFS que almejam o despertar para o desenvolvimento local.

Tendo como premissa que, de modo específico, o “objetivo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFS é implementar estudos e atividades de extensão para a promoção do turismo gerenciado pelos moradores locais, comumente denominado de Turismo de Base Comunitária” (LIMEIRA; LIMA, 2017, p. 109), buscou-se a reflexão sobre a experiência em extensão desenvolvida por projetos voltados à esse tipo de turismo. É importante ressaltar que o protagonismo da comunidade é o elemento fundamental do TBC,

constituindo-se essa participação comunitária essencial para a organização, o controle e a gestão do projeto turístico. Aliado a isso, “o apoio externo tem se mostrado fundamental no desenvolvimento do TBC, que depende da orientação efetiva de entidades especializadas, como universidades e ONGs” (FABRINO, 2012, 0. 24).

O alcance do referido objetivo de promover a educação turística, deu-se a partir da narrativa da presidente da Associação de Moradores, confirmado por algumas entrevistadas, que assegurou a vocação da comunidade para o TBC. Por oportuno, cabe entender o papel dessa líder comunitária, pois envolve a compreensão a respeito dos mecanismos de poder que se estabelecem no e a partir do território. Segundo Dourado (2015), indissociável da noção de poder, e premissa que se utiliza para explicar o papel dessa presidente, o território é entendido como:

Um espaço de controle apropriado pelo homem, definido e delimitado por e a partir de relações de poder em suas múltiplas dimensões, configurando-se como um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais, onde constrói malhas nas superfícies do sistema territorial para delimitar campos operatórios (DOURADO, 2015, p. 1).

Como se vê, a ação de sujeitos locais se revela no território , seja em termos concretos e visíveis, seja por aspectos invisíveis. O sujeito territorial da Ilha passa por estratégias geográficas de domínio, controlando pessoas, coisas e o próprio espaço, como no campo de operações da presidente da Associação de Moradores. Nessa atuação, identificou-se protagonismo uma vez que ela é responsável pela pauta da agenda, organização, distribuição e definição dos valores financeiros dos passeios de barco na Ilha (Figura 8).



Figura 8 – Barco de passeio na Ilha Mem de Sá

Fonte: Foto do arquivo pessoal da pesquisadora.

Um dos barcos utilizados na Ilha para atividades turísticas foi adquirido por iniciativa da Associação, mediado por um projeto realizado em convênio com a Petrobrás. O barco conduz turistas na travessia do Porto dos Caibros para a Ilha e ou da Orla Por do Sol, Aracaju, possibilitando à comunidade remuneração na condução desta travessia ou dos passeios que fazem a exploração do Rio Vaza Barris e da apresentação da pesca artesanal das catadoras de aratu *in loco*. Nesse contexto, avalia-se a importância do aumento de outras fontes de renda que não a pesca e a catação de mariscos, ampliando-se, assim, a expectativa de desenvolvimento da atividade turística.

A esse respeito, Fabrino (2013) destaca como um elemento importante na concepção do TBC é quanto à sua integração na dinâmica produtiva local, sem substituir as atividades econômicas tradicionais, ou seja, o TBC constitui uma atividade econômica complementar da comunidade, e não a atividade principal. Para a autora, aí se têm duas características do TBC, que são a complementariedade e a insubstituibilidade. Ainda que esse arranjo produtivo local tenha como princípios a autogestão, a democracia, a participação, a cooperação e a distribuição igualitária, o TBC ocorre sempre que a comunidade local, por meio de uma entidade representante legal, desempenha um papel direto na tomada de decisão, direção e gestão dos recursos turísticos.

Por oportuno explica-se que, ainda que as marisqueiras sintam-se representadas pela Associação dos Moradores, existe um movimento da comunidade no sentido de formar uma entidade associativa para venda de pescados e de passeios. Essa ideia inscreve-se no associativismo que pode atuar em prol do TBC. No entanto, relativamente à atividade turística na Ilha Mem de Sá, os estudos de Ribeiro, Andrade e Braghini (2014, p. 416) apontam que:

Apesar do clamor pela existência de um potencial turístico, a localidade ainda não está estruturada para receber turistas, embora exista um fluxo irregular de visitantes, especialmente nos fins de semana, para beber e banhar-se em algumas praias fluviais.

Essas praias atraem basicamente por suas belezas naturais, conforme se mostra na Figura 9, a seguir.



Figura 9 - Praia fluvial na Ilha Mem de Sá/SE

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

A dimensão ambiental e cultural são elementos sustentadores do TBC, “considerando que todos os atrativos, serviços e produtos oferecidos estão intimamente interligados com a relação da comunidade com os seus recursos naturais, suas atividades tradicionais e os seus modos de vida” (FABRINO, 2013, p. 24). Entretanto, o estudo de Ribeiro, Andrade e Braghini (2014), comprovado pelo trabalho de campo, revela que não há bares ou restaurantes que prestem serviço de forma regular durante a semana, na Ilha Mem de Sá, sendo necessário, para isto, um contato prévio para que a alimentação seja providenciada.

Essa informação é corroborada na fala da presidente da Associação de Moradores, segundo a qual, a distribuição dos grupos pelos restaurantes da Ilha é feita através de sistema de rodízio, sinalizando, ainda, que há um percentual designado para a Associação a cada serviço de TBC feito na Ilha. Na Figura 10, tem-se uma visão desses estabelecimentos.



Figura 10 - Bares e restaurantes na Ilha Mem de Sá/SE

Fonte: Foto de arquivo pessoal da pesquisadora.

No estudo sobre o trabalho junto ao turista, foram destacados alguns projetos de capacitações, a exemplo da “Oficina de Capacitação de Condutores Locais” e “Sabores, Saberes e o Desenvolvimento do Ecoturismo na Comunidade Mem de Sá”, dentre outros que aconteceram na Ilha, envolvendo Turismo, Ecoturismo, TBC, governança e condutores aquáticos. Essas capacitações foram ofertadas por órgãos públicos através de projetos realizados em parceria com o IFS, a UFS, a Petrobras, a Embrapa, dentre outros.

A respeito dos projetos na Ilha Mem de Sá, Limeira e Lima (2017, p. 120) enfatizam que “as ações do curso em Gestão de Turismo do IFS despertou a gestão pública, a iniciativa privada e principalmente, os moradores locais. As mudanças socioeconômicas são observadas no *aqui e agora*” (grifo dos autores). Apesar de tais iniciativas, observa-se que ainda tem muito a ser feito, especificamente quando se verifica que as representações sociais sobre os papéis de gênero na Ilha contribuem para os baixos valores monetários atribuídos ao trabalho das marisqueiras, se comparados aos ganhos do homem na atividade de pesca, além de excluí-las do estatuto profissional.

No contexto de discussão sobre esses projetos que se veem realizando na Ilha Mem de Sá, as marisqueiras indicaram alguns eventos com enfoque cultural e potencial para a composição de um produto turístico. Um desses foi a Festa da padroeira Santa Luzia, realizada de 9 a 13 de dezembro, sendo a principal festividade religiosa dos moradores. Nesse período são realizados batizados, missas e procissões, o que acaba por atrair várias pessoas. Tal festejo proporciona renda extra para a comunidade que se organiza para vender alimentos e bebidas. Conforme relatado pelas participantes, no ano de 2017, a festa contou “até com a

presença de cantores sergipanos, tais como Devinho Novaes” (entrevistada 1). Para o evento, a prefeitura de Itaporanga contribui com os banheiros químicos, agentes de limpeza e estrutura do palco para apresentações, sendo a festa realizada no largo central da Ilha, onde historicamente apresentavam-se grupos de samba de coco. De modo geral, os moradores são frequentes nessa comemoração que precede:

A Festa do Caranguejo na qual eles distribuem o marisco gratuitamente, festa a qual já acontece há 16 anos. O Samba de Coco, tradição cultural do estado de Sergipe, também possui representantes na comunidade. Um grupo de mulheres que se apresentam em eventos garante a preservação da cultura sergipana (EMBRAPA, 2013, p. 40).

A dimensão cultural, como um diferencial do TBC, relaciona-se com a prática de interculturalidade apontada por Fabrino (2013, p. 24), segundo a qual esta faz parte do princípio de uma “relação horizontal entre ‘quem recebe’ e ‘quem visita’, sendo o diálogo, a troca e o compartilhamento de vivências a base desse encontro”. Como um elemento de destaque, esses encontros de TBC geram benefícios diretos para as comunidades receptoras, os quais devem ser divididos entre os membros da comunidade.

No entanto, a presidente da Associação de Moradores entende que a renda proveniente do TBC ainda é incipiente devido ao pequeno fluxo de turistas, fato que se alia à inexistência de uma maior divulgação do turismo por parte da Prefeitura de Itaporanga e do Governo do Estado. Por outro lado, não se pode esquecer a atuação do IFS que, em parceria com a Embrapa, tem desenvolvido projetos e ações, avaliados pelos moradores locais da Ilha Mem de Sá, conforme descrito por Limeira e Lima (2017, p. 117), “ora como anjos de salvação, ora como inocentes culpados, pois alguns entrevistados apontam que esses projetos são significativos e importantes, outros apresentam como apenas poeiras levantadas ao vento”.

Tal divergência entre os projetos de turismo, representando, para alguns dos entrevistados por Limeira e Lima (2017), como uma oportunidade de desenvolvimento, para outros, visto como breves, de curta duração, pôs em relevância a oportunidade de se colocar a questão da cidadania no espaço coletivo. Com esse direcionamento, o objetivo de formular propostas pedagógicas que viabilizassem o conhecimento acerca da cidadania, deu-se em condições que abriram o leque para o diálogo com a comunidade das mulheres catadoras de mariscos (Figura 11).



Figura 11- Falando sobre cidadania

Fonte: Foto do arquivo pessoal da pesquisadora e de Silene Lazarito.

Torna-se importante destacar que houve um envolvimento interessante entre as participantes, visto que havia mulheres mais novas juntamente com idosas, já aposentadas como marisqueiras (Figura 12), mas permanecendo na atividade como meio de garantir a sobrevivência.



Figura 12 - Participação das marisqueiras aposentadas na oficina participativa

Fonte: Foto do arquivo pessoal da pesquisadora.

Nesse cenário, uma das práticas educativas consistiu em estimular a participação ativa no reconhecimento e encaminhamento de propostas visando à superação dos problemas

locais. Inicialmente, as marisqueiras responderam às questões Quem Somos? e O que fazemos? (Figura 13).

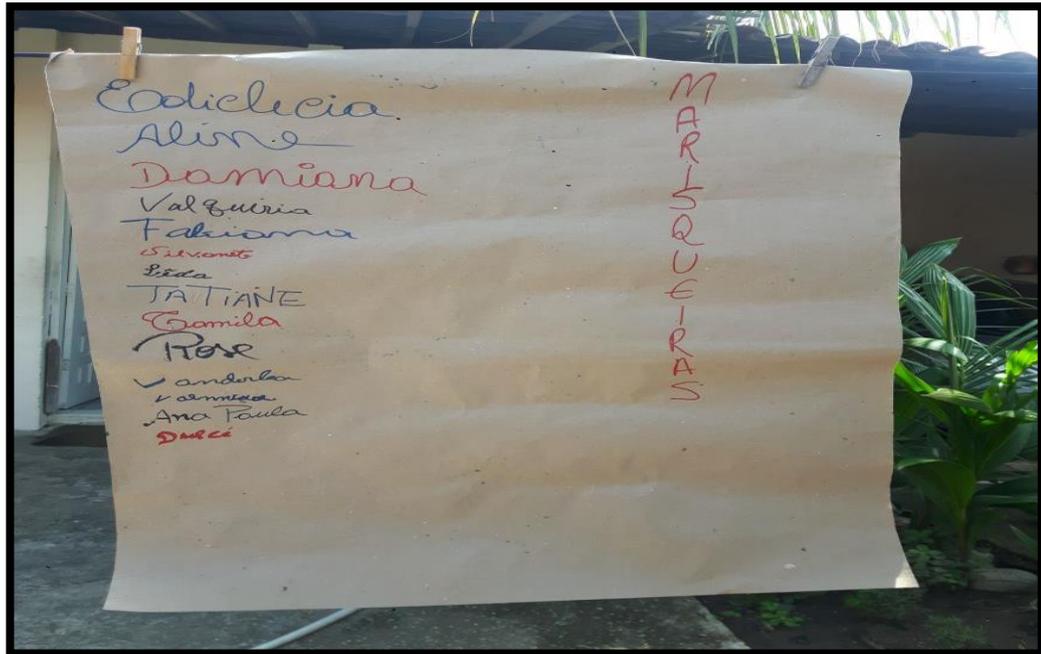


Figura 13 – Respondendo às questões Quem somos? O que fazemos?

Fonte: Foto do arquivo pessoal da pesquisadora.

A atividade contou com a participação de 14 marisqueiras, conforme se constata na Figura 13, que manifestaram suas visões sobre a Ilha que eu tenho (Figura 14).

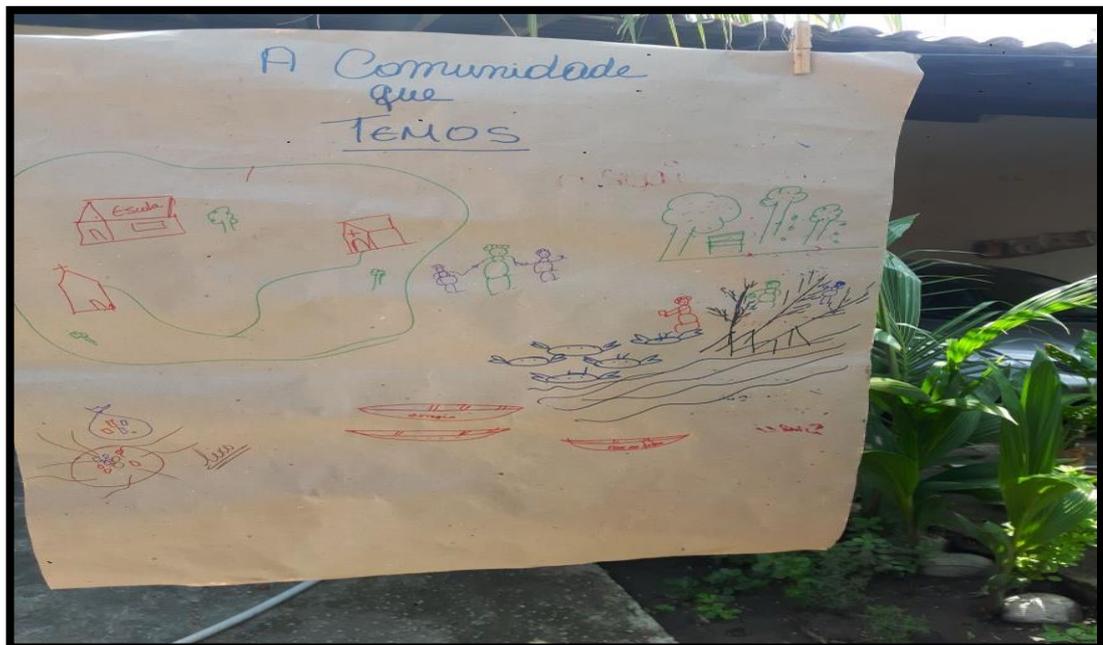


Figura 14 - A Ilha que eu tenho (desenhos)

Fonte: Foto do arquivo pessoal da pesquisadora.

As participantes registraram, ainda, suas ideias sobre a Ilha que eu quero (Figura 15).

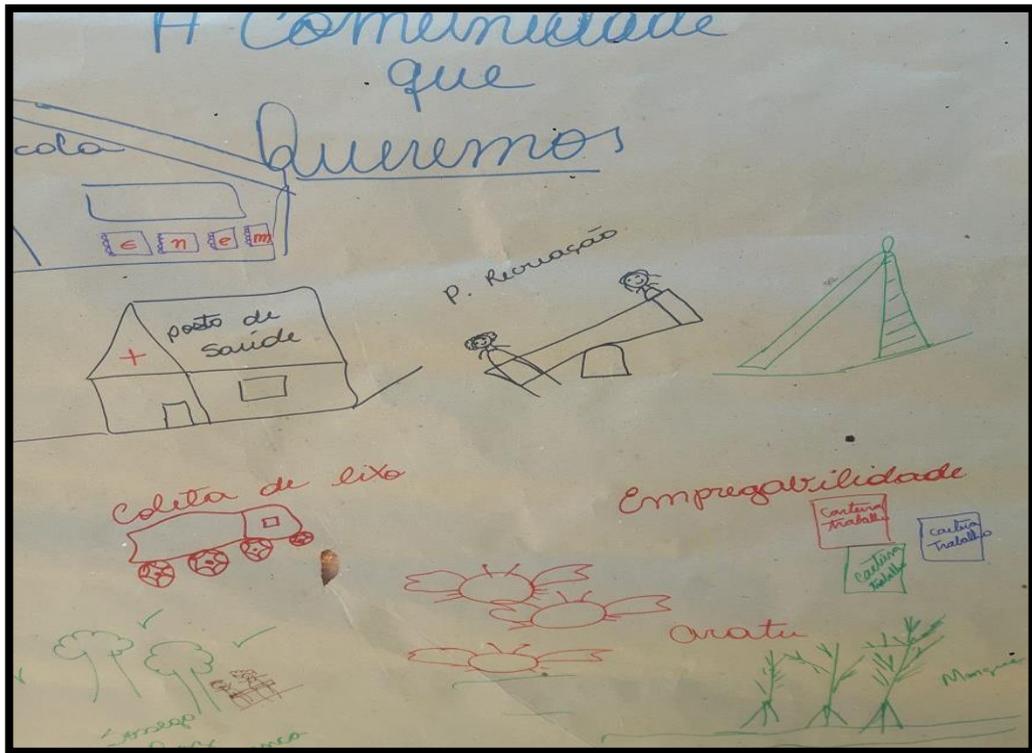


Figura 15 - A Ilha que eu quero (coleta de lixo, posto de saúde, praça, escola e outros)

Fonte: Foto do arquivo pessoal da pesquisadora.

As opiniões, que estavam em formato de desenhos, foram registradas, organizadas e expostas em um quadro de duas colunas (Quadro 1).

A Ilha que eu tenho	A Ilha que eu quero
<ul style="list-style-type: none"> • Árvores, pássaros, aratu, rio (desenhos) • Paz • Sossego • Saúde • Não tem poluição • Dormir livremente com portas e janelas abertas • Qualidade de vida • Água tratada • Crianças criadas livremente, sem violência ou drogas 	<ul style="list-style-type: none"> • Carro de coleta de lixo • Posto de saúde • Praça urbanizada • Escola de Ensino Fundamental e Ensino Médio • Moradia • Emprego

Quadro 1- A Ilha que tenho e a Ilha que quero

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em dados da pesquisa.

Relativamente à Ilha que eu tenho, foi revelado, pelas participantes, que somente há cinco anos a comunidade tem água tratada nas residências (Figura 16), pois antes só havia água de poço, sendo ressaltado que o controle dessa distribuição cabe à líder comunitária.



Figura 16 - Placa alusiva à ampliação de rede de abastecimento de água
Fonte: Foto do arquivo pessoal da pesquisadora.

As marisqueiras destacaram, ainda, a liberdade com que educam suas crianças, uma vez que na localidade não existe violência e tampouco o uso de drogas, motivo pelo qual a ida à capital do Estado, Aracaju, é sempre motivo para preocupação e medo. Essa liberdade relatada pelas participantes pode ser o reflexo do tipo de atividade que realizam, fundamento que se encontra em Ramalho (2006) quando este menciona que a arte dos pescadores e pescadoras, no qual se pode incluir a atividade da catação de mariscos pelas mulheres, é resultante do sentimento de liberdade e resistência que caracterizam a pesca artesanal, para seus profissionais, como uma não subordinação à sociedade urbana de consumo.

Portanto, a propalada liberdade na educação das crianças na Ilha de Sá encontra eco em estudos realizados por Ramalho (2006) que, ao pesquisar em casas das crianças filhas de pescadores artesanais, constatou que:

No acesso às áreas de residência das crianças, observamos a porta de entrada da maioria das casas aberta ao livre acesso da vizinhança. Em meio a esse ambiente de convivência sem fronteiras entre famílias na comunidade, crianças brincavam livres pelas ruas, desde muito pequenas, ao ritmo dos primeiros passos (RAMALHO, 2006, p. 11).

Igual sensação é relatada por uma marisqueira ao afirmar que, na Ilha, existe “*paz e segurança*” (entrevistada 2). Não obstante, na abordagem d’A Ilha que eu quero, as

marisqueiras almejam uma escola de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, uma vez que há somente uma na localidade e, assim mesmo, funcionando até o 5º ano, obrigando as famílias a enviar seus filhos para estudar em Itaporanga d'Ajuda. Nesse ponto, alcançou-se o objetivo de identificar sob a ótica da comunidade, as dificuldades enfrentadas no exercício da cidadania, uma delas dizendo respeito à necessidade de um carro de lixo para realizar a coleta, que não existe. As marisqueiras esclareceram que o lixo é levado para o Porto dos Caibros, e lá é coletado pela prefeitura, somente uma vez por semana, causando problema para quem não tem barco ou condição de pagar para outra pessoa levá-lo até aquela localidade. Assim, quem não consegue levar ou mandar por alguém, queima o lixo não orgânico, enterrando o orgânico, gerando problemas ambientais e cometendo uma ilegalidade.

Nesse ponto, convém lembrar que o desenvolvimento sustentável passa pela questão ambiental, sendo responsabilidade de todos os agentes e setores da sociedade, de forma ativa, pela conservação ambiental. De acordo com Mucci (2005), a Política Nacional dos Resíduos Sólidos através da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (BRASIL, 2010b), visa controlar e reduzir os impactos causados pelos resíduos sólidos, além de dar ênfase aos bens necessários à manutenção de vida e da saúde humana, pois, dependendo da maneira como são depositados, o propiciar condições favoráveis para o desenvolvimento de moscas, ratos, baratas, dentre outros vetores. Existem, também, os problemas ambientais causados, por exemplo, pelos produtos que levam mais tempo para decompor, como o plástico, metal e vidro. Tudo isso causa alterações inadequadas para a continuidade de vida com qualidade, considerando-se que o lixo é um fator contribuinte para a degradação do meio ambiente.

A comunidade se ressentida da ausência de um Posto de Saúde, pois o médico só vai à Ilha uma vez por semana, atendendo exclusivamente oito pessoas, na Escola, numa espécie de posto improvisado. A presença de dentista também é reclamada por todas, como também a falta de uma praça urbanizada para proporcionar lazer aos moradores, o que contribui para que as diversões fiquem restritas às idas ao Porto de Areias, aos finais de semana, para almoçar e beber, além de encontros nas portas das casas para conversar.

A população precisa de mais moradias, visto que algumas mulheres residem nas casas de suas mães ou das sogras. De modo geral, a maioria das casas na Ilha Mem de Sá, de acordo com a Embrapa (2013) e com o trabalho de campo, é de alvenaria, no entanto, existem ainda pequenas casas feitas de taipa (barro batido), revelando a situação precária de alguns moradores da região. Essa precariedade tem estreita vinculação com a falta de emprego, colocada como o grande problema da Ilha, considerando que muitas pessoas têm que sair para

Itaporanga ou Aracaju para trabalharem como domésticas, sobretudo as marisqueiras, pois, muitas delas, continuam na lida como empregadas domésticas mesmo depois de aposentadas.

Uma observação a ser feita quanto ao trabalho de doméstica, no caso das mulheres, ou de caseiros, para os homens, refere-se ao fato de desempenharem essas atividades nas casas dos veranistas na Ilha, com os quais mantêm bom relacionamento. Esses veranistas constroem suas casas em pedaços de terras vendidos pela comunidade, motivo pelo qual as marisqueiras consideram tanto essa venda quanto o trabalho doméstico como fontes de rendas. Mas, sobre essa relação de trabalho, torna-se pertinente a seguinte observação de Costa, Melo e Pimenta (2017, p. 231) sobre turismo e atividades econômicas em pequenas cidades:

A sociedade contemporânea está em um contexto de crise estrutural do capital, no qual a lógica do sistema de produção vem se convertendo em um processo produtivo, originando uma sociedade de excluídos e precarizados. A precarização leva à terceirização, que não é o mesmo que informalidade, mas que torna informal facilmente, podendo acarretar o descumprimento dos direitos trabalhistas.

Nessa conjuntura, tornou-se necessário o interesse em aplicar uma atividade para auxiliar o exercício da cidadania e o reconhecimento dos direitos e deveres das marisqueiras na sociedade local. Assim, na exploração do tema cidadania, foram geradas as informações sobre direitos e deveres, tal como compreendido por cada uma das participantes. Quanto aos deveres, os mais apontados foram o dever de votar e de pagar impostos. O direito à saúde e ao emprego foram os mais citados, seguidos do direito ao benefício do defeso, uma vez que este está constantemente atrasado. Por oportuno, esclarece-se que o defeso referido pelas marisqueiras é o seguro-defeso ou seguro-desemprego do pescador artesanal (SDPA), instituído como uma assistência financeira temporária concedida pelo INSS aos pescadores profissionais. Isso porque, durante o período de defeso esses pescadores são obrigados a paralisar a sua atividade para a preservação da espécie.

Elencar direitos e deveres tornou-se o exercício para destacar os diferentes conceitos de cidadania e a importância de participação social na luta por direitos. Contudo, entende-se que não basta teorizar os direitos e deveres, é indispensável se construir a vivência dentro de uma prática de cidadania que, acima de tudo, torne-se um instrumento de reivindicação e meio de implementação de melhores condições de vida para cada um. Desse modo, o TBC pode contribuir para reduzir as desigualdades que ainda marcam a vida das mulheres marisqueiras, ao tempo em que pode gerar emprego, ocupação e renda para a comunidade.

Diante do fato que “a imensa maioria da humanidade não possui mais que o direito de ver, escutar e calar. Que tal se começarmos a exercer o jamais proclamado direito de sonhar?” (BRASIL, 2010a, p. 7), para permitir que o turismo, de alguma forma, com produtos e serviços possa transformar vidas. Assim, desenvolvido o estudo com a comunidade de mulheres marisqueiras da Ilha Mem de Sá, os resultados apontaram para a construção de uma cartilha com aspectos discutidos sobre TBC e cidadania. A referida Cartilha é objeto de uma subseção específica, apresentada a seguir.

4.3 A CARTILHA SOBRE TBC, MARISQUEIRAS E CIDADANIA

Para o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010a), o turismo, de modo geral, oferece produtos convencionais, apontando caminhos previsíveis e caracterizados por uma relação impessoal, distanciada da subjetividade do turista. E, para que isso não aconteça, o Mestrado Profissional em Turismo (MPTUR) do IFS se enquadra no perfil da instituição no que diz respeito aos seus pilares de atuação: pesquisa aplicada, extensão, ensino e inovação tecnológica. Dentro da proposta de desenvolver estudos aperfeiçoados, o Curso se propõe a consolidar ações do turismo local de forma sustentável e integrada, e o fortalecimento de uma gestão compartilhada, amparando-se nas recomendações do Ministério do Turismo que versam sobre as políticas públicas de estruturação dos destinos turísticos.

A iniciativa de qualificação profissional no nível de pós-graduação *stricto-sensu* em Turismo objetiva a formação para o planejamento e a gestão do turismo, corroborando com os princípios do desenvolvimento sustentável, buscando, além das preocupações ambientais, o equilíbrio com as questões sociais e econômicas, a geração de emprego e renda, bem como o fortalecimento da identidade de uma sociedade. A oferta desse Curso pelo IFS, ensejando vivência profissional, propõe que, ao final, o mestrando tenha desenvolvido uma visão sistêmica da realidade, pelo exercício crítico, reflexivo e integrador de fatos e fenômenos da vida social.

Na perspectiva da vivência profissional, considerou-se um pilar dito e preconizado que é a igualdade perante a lei, segundo a qual tanto homens quanto mulheres são iguais em se tratando de seus direitos e das suas obrigações, para inserir as marisqueiras em projeto turístico pensado a partir da concepção de cidadania como condição fundamental para o desenvolvimento do TBC. No âmbito de um processo de educação, abordar o TBC sob a ótica da cidadania foi além da preocupação de se efetivar o seu entendimento, incluiu também a

elaboração de uma Cartilha (Apêndice 2), como produto final requerido pelo Curso de Mestrado Profissional em Turismo.

Como um material educativo, o processo de elaboração da Cartilha teve por base as informações escritas e orais fornecidas pelas marisqueiras, no contexto das oficinas participativas, servindo como guia de orientação para consolidar o objetivo específico de construir coletivamente uma Cartilha que contempla aspectos discutidos sobre Turismo de Base Comunitária e cidadania. Essa Cartilha, portanto, mais do que oferecer uma apresentação sintética de uma proposta técnico-operacional, visa à construção de uma consciência voltada ao exercício da cidadania que se consolida no âmbito do TBC, com a oferta de roteiros turísticos para mostrar os atrativos da Ilha Mem de Sá, contando com a participação da comunidade nas atividades desenvolvidas para essa finalidade.

Para a sistematização do conteúdo, foi realizada uma revisão de literatura com vista a trazer subsídios para definir apropriadamente os conceitos constantes desse material educativo, dirigido aos turistas, visitantes e *trade* turístico (hotéis, agências de viagens, organizações governamentais). Todo o processo de construção da Cartilha foi permeado pela atenção voltada à linguagem, de modo a facilitar sua compreensão pelos usuários. O emprego de termos como TBC e cidadania restringiu-se ao estritamente necessário no que diz respeito aos devidos esclarecimentos sobre o assunto. Diante da necessidade de incluir algumas ilustrações na Cartilha com o objetivo de tornar sua leitura de fácil compreensão, essas foram selecionadas a partir de outros materiais, com a citação das respectivas fontes, mediante consulta a cartilhas e manuais sobre turismo, além de imagens disponibilizadas em páginas eletrônicas.

Assim, a Cartilha, trazida pela metodologia da oficina participativa, é resultado da realização de um trabalho conjunto entre a autora da pesquisa e a comunidade das marisqueiras da Ilha Mem de Sá/SE, material que faz parte da presente dissertação como produto final de um estudo gerado no programa de Mestrado Profissional em Turismo. Espera-se, com a divulgação dessa Cartilha, enfatizar a importância do TBC e a cidadania para o desenvolvimento da atividade turística, de maneira que esta seja uma experiência positiva para a comunidade, turistas e visitantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão inicial que motivou o delineamento deste estudo parte do reconhecimento da importância do Turismo de Base Comunitária (TBC), apresentado na literatura científica como uma proposta associada ao turismo sustentável e ao desenvolvimento local, principalmente de comunidades menos favorecidas. No cotidiano dessas comunidades, distingue-se que as questões relacionadas aos direitos humanos e mais precisamente à cidadania, estão muito distantes de serem conhecidas e contempladas por elas: primeiro, pelo desconhecimento dos próprios direitos humanos, de sua condição enquanto cidadãos; segundo, porque não lhe são dados mecanismos para que se apropriem e mobilizem na procura dessas informações; e, em terceiro lugar, pela própria acomodação social e miserabilidade econômica as quais estão submetidas.

No âmbito da pesquisa-ação realizada na comunidade das marisqueiras da Ilha Mem de Sá, levou-se em conta o aspecto de construção de uma sociedade cidadã que passa pela educação, sendo esta alcançada somente quando os sujeitos, conhecedores de seus direitos e cumpridores de seus deveres, lutarem coletivamente pela efetivação destes direitos. A educação em cidadania é o modo de se obter maior democratização da sociedade, democracia esta não apenas formal, mas acima de tudo que vise o atendimento das demandas dos excluídos, buscando a melhoria da qualidade e das condições de vida dos seus sujeitos.

Mas, no encontro entre a teoria e a prática, a pesquisa permitiu identificar que existe certo alheamento em relação aos direitos e leis protetivas na pequena comunidade da Ilha Mem de Sá. Notou-se alguma acomodação com as condições da vida presente, sem que tenham sido demonstrados maiores interesses em lutar por mudanças, pois, mesmo possuindo conhecimentos acerca de direitos, estes não são traduzidos em práticas efetivas. Assim, as dificuldades permanecem fazendo parte do mundo vivido por aquelas pessoas com carência de meios essenciais ou com recursos mínimos para garantir a sobrevivência, em função das desigualdades sociais e políticas.

A amplitude conceitual sobre o TBC permite perceber que a cidadania representa um elemento constituinte dessa modalidade de turismo, uma vez que dele decorre a valorização da identidade cultural, a afirmação identitária e o sentimento de pertencimento. Lembra-se, aqui, que a cultura além de fazer referência a um lugar, enriquece o território e modifica as identidades, que podem ser fortalecidas por meio de um turismo executado de modo sustentável e planejado ou, contrariamente, impactadas negativamente a ponto de comprometer os saberes e fazeres de uma comunidade.

Para evitar os efeitos perversos de um turismo que limita social e culturalmente tanto o turista como a comunidade receptora, o TBC tem o foco nas comunidades ao invés de exclusivamente no turista, além de ter a capacidade de organizar sociedades e de (re)ordenar os territórios para sua realização. Nesse sentido, é introduzido como forma de resgatar a cidadania e proporcionar a inclusão social, como parte de um processo que confere um sentido de identidade e de pertença a uma coletividade. Em outros termos, pode-se dizer que os fundamentos na concepção do TBC admitem caracterizá-lo como um fator de integração sociocultural, de produção de identidades territorial e cidadania, pois, além do benefício econômico, oferece um ambiente favorável à interação e à troca entre a comunidade e o turista, assumindo, neste sentido, o significado de encontro e oportunidade de experiência compartilhada.

Nessa lógica, pressupõe-se que a demanda por esse produto provém do interesse do turista em conhecer a cultura local, de manter um contato mais próximo com os moradores. Analisando-o sob essa perspectiva, o TBC é traduzido como metodologia de trabalho utilizada para organizar a comunidade no sentido de prestar serviços para os visitantes e, conseqüentemente, melhorar as condições de vida daquelas comunidades que decidem por esta atividade como estratégia de desenvolvimento. A evidência desse desenvolvimento aponta para a dimensão endógena que, na concepção de Barquero (2001), ocorre quando a comunidade local é capaz de utilizar o potencial de desenvolvimento e liderar o processo de mudança estrutural, garantindo, deste modo, a melhoria do bem-estar econômico, social e cultural em seu conjunto.

Ainda de acordo com Barquero (2001), a mudança estrutural decorre de inovações no sistema produtivo, cuja dinâmica depende da tecnologia e do conhecimento. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, que se processa por meio da participação ativa da comunidade envolvida. Acredita-se que a prática da atividade do TBC poderá fomentar o desenvolvimento endógeno, contribuindo para o crescimento socioeconômico da realidade estudada. Não obstante, comprovou-se, a partir dos relatos das marisqueiras e da observação, as dificuldades advindas da falta de infraestrutura para o desenvolvimento da atividade turística no local, especificamente na questão do funcionamento de restaurantes para o atendimento aos turistas.

Sobre isso, Nascimento (2012) alerta para a existência de grandes desafios pela falta de recursos para a implementação e manutenção das infraestruturas básica e turística em comunidades carentes. Sendo assim, para que a sustentabilidade seja alcançada, é indispensável que a atividade turística seja gerida de maneira adequada com o propósito de

que as divisas geradas por ela sejam suficientes para a constante adequação da infraestrutura às necessidades da demanda local e turística.

Subordinando essa lógica ao TBC, encontra-se nos autores Mielke e Pegas (2013) a informação de que a questão-chave para o correto encadeamento deste processo está na forma como pode organizar e estruturar uma comunidade, de modo a influenciar sua forma de comercializar seus produtos e serviços turísticos, como também de efetuar a distribuição e o uso dos lucros obtidos com essa atividade. Desse modo, a transformação de mentalidades em direção ao conhecimento e à informação como pré-condição para o exercício da cidadania, fundamentada nas necessidades do homem e na dignidade humana, requer o trabalho de profissionais comprometidos com a realidade local e com as políticas nacionais e regionais de turismo.

Com a pesquisa concluída, reforça-se o fato que a comunidade, apesar de estar organizada na forma de associação, não possui poder econômico, nem peso social que torne capaz de lutar por melhoras para a própria comunidade, ainda que as marisqueiras reconheçam seus direitos e deveres, enquanto cidadãs, e aceitem a ideia da implantação de empreendimentos de TBC. Percebeu-se que poucas pessoas participam do turismo na Ilha Mem de Sá de maneira direta, como os barqueiros que fazem a travessia do rio, o que, de certa forma, acaba por beneficiar a todos, pois a renda gerada por essa atividade é administrada pela Associação dos Moradores. Apesar do alto potencial para exploração do TBC, este é percebido como algo ainda distante daquela realidade.

Por fim, a experiência da construção da Cartilha sobre Cidadania e Turismo de Base Comunitária (Tbc) na Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda/SE, realizada mediante processo participativo, dialógico e coletivo com as marisqueiras, demonstra o conteúdo, em relação às informações corresponde à realidade delas, que estavam vivenciando aquele momento de aprendizagem. A adoção de uma metodologia participativa, como ocorreu neste caso, foi fundamental, pois a abordagem do TBC pressupõe a contribuição ativa dos sujeitos para projetar ações que garantam melhorias para a comunidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. G. de. Mulheres rurais – a descoberta e a conquista da cidadania pela valorização dos quintais. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, ano XXVII, n. 2, p. 138-161, jul./dez. 2016.
- ALVES, K. dos S. (Org.) **Turismo, trabalho e gênero: uma abordagem interdisciplinar**. Ouro Preto, MG: UFOP/Departamento de Turismo, 2016.
- _____; MOREIRA, M. I. C. Trabalho em turismo e relação de poder. In: ALVES, K. dos S. (Org.) **Turismo, trabalho e gênero: uma abordagem interdisciplinar**. Ouro Preto, MG: UFOP/Departamento de Turismo, 2016, p. 15-28.
- ALVES, V. J. R. **Patrimônio natural e turismo voluntário: ética do cuidado na relação sociedade-natureza**. 2016. 162f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- ANDRADE, V. R. P. de. **Cidadania: do direito aos direitos humanos**. São Paulo: Acadêmica, 1993.
- ARAGÃO, M. C. O.; CURADO, F. F.; SOUZA, R. M. e. **Relações socioambientais na comunidade pesqueira Mem de Sá, Sergipe**. Florianópolis, SC: 2010. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT12--265-20100830220543.pdf>>. Acesso em: 25 fev., 2016.
- ARENDDT, H. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento regional endógeno: (re) construção de um conceito, reformulação das estratégias**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 26, n. 23, 2002.
- BARRETO, A.; ARAÚJO, L.; PEREIRA, M. E. (2009). **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico- raciais**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.
- BENI, M. C. (Org.). **Turismo planejamento estratégico e capacidade de gestão**. Barueri: Ed. Manole, 2012.
- BENUR, A.; BRAMWELL, B.. Desenvolvimento do produto turístico e diversificação de produtos nos destinos. **Tourism Management**, v. 50, Out. 2015, p. 213-224.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Nova edição. São Paulo: Campus, 2004.
- BOCHENSKI, M. J. A fenomenologia de Edmund Husserl. Tradução: Antônio Pinto de Carvalho, In: _____. **A filosofia contemporânea ocidental**. São Paulo: Herder, 1968.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria e aos métodos**. Lisboa: Porto Editora, 2010.

BRAMBATTI, L. E.; NITSCHKE, L. B. Roteiros rurais: associativismo e participação comunitária. O roteiro Caminhos de Guajuvira, Araucária- PR. [versão eletrônica]. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, v. 10, n. 1, p. 71-84. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/viewFile/4823/pdf>>. Acesso em: 15 maio, 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária**. Desafio para a formulação da política pública. Brasília: Ministério do Turismo, 2010a.

_____. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília: DOU, 2010b.

_____. **Plano Nacional do Turismo**. Diretrizes, metas e programas 2003-2007. Brasília: Ministério do Turismo: 2003.

_____. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998.

BRUSCHINI, M. C. A. **Trabalho das mulheres e mudanças no período 1985- 1995**. São Paulo: FCC/DPE, 1998.

BUADES, J. **Exportando paraísos: la colonización turística del planeta**. Consell de Mallorca, Espanha: La Lucerna, 2006.

BURGOS, A.; MERTENS, F. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. **Pasos Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 57-71, 2015.

CANDAU, V. M. **Educação em direitos humanos: uma proposta de trabalho**. Oficinas Aprendendo e Ensinando Direitos Humanos. Rio: 1999. Disponível em: <<http://dhnet.org.br/educar/cartilhas/oficinas/partl.htm>>. Acesso em: 15 mar., 2017.

_____. **Tecendo a cidadania: oficinas pedagógicas de direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CARA, D. (Coord.). **Guia Grêmio em Forma**. São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2005.

CORDIOLI, S. **Enfoque participativo**. Um processo de mudança. Conceitos, instrumentos e aplicação prática. Porto Alegre: Gênese, 2001.

COSTA, N. D.; MELO, A. da S.; PIMENTA, M. L. Turismo e trabalho em pequenas cidades. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, Minas Gerais, v. 9, n. 3, p. 228-244, abr.-jun. 2017.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DOURADO, A. M. Caminhos e encontros com o território. In: VARGAS, M. A. M.; DOURADO, A. M.; SANTOS, R. H. **Práticas e vivências com a geografia cultural**. Aracaju: Edise, 2015, p. 25-66.

DREHER, M T.; OLIVEIRA, R A.; SCHMITDT, C M. Governança em APLs de turismo: a experiência da aglomeração empresarial situada na região rural da Nova Rússia em Blumenau, SC. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul - SeminTUR, IV, 2006. **Anais ...** Universidade de Caxias do Sul, 2006.

ECHEVERRI, R. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: IICA, 2009.

EMBRAPA TABULEIROS COSTEIROS. **Plano de manejo**. Reserva particular do patrimônio natural (RPPN) do Caju. Aracaju: Embrapa, 2013.

_____. **Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá - Itaporanga D'Ajuda/Se**. Aracaju: Embrapa, 2007.

FABRINO, N. H. **Turismo de Base Comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos**. 2013. 185fls. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade Federal de Brasília, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Laptop/Downloads/2013_NathaliaHallackFabrino.pdf>. Acesso em set. 2016.

FERNANDES, B. M.. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-213.

FERREIRA, L. da S. **Planejamento e ordenamento territorial do turismo na região metropolitana de Natal-RN**. 2009. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Natal, RN: 2009.

FERREIRA, N. T. **Cidadania: uma questão para a educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FERREIRA, R. B.. **Turismo e cidadania: como pensar as bases desta relação?** Caxias do Sul: 2005. Disponível em: <<https://www.uces.br/site/midia/arquivos/gt3-turismo-e-cidadania.pdf>>. Acesso em 22 mar., 2017.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GASTAL, S.; MOESCH, M. M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. Rio de Janeiro: Aleph, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, L. C. **Fortalecimento do turismo de base comunitária na Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda, SE, através da gastronomia**. 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

HALL, M. **Planejamento turístico**. Políticas, processo e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 103-133.

IGNARRA, Renato. **Fundamentos do turismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Senac, 2013.

INSKEEP, E. Planejamento ambiental para o turismo. **Tourism Management**, v. 14, n. 1, 1987, p. 118-135.

KUNSCH, M. M. K. Relações públicas comunitárias nos processos de gestão das atividades turísticas. In: BENI, M. C. **Turismo Planejamento Estratégico e Capacidade de Gestão**. Barueri: Ed. Manole, 2012, p. 331-344.

LAFER, C. **A reconstrução dos direitos humanos**. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, B. H. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LIMA, R. P. **Turismo de base comunitária como inovação social**. 2011. 191 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

LIMEIRA, C. M. C. de R.; LIMA, E. R. V. de. Os IFS e a Ilha Mem de Sá, Itaporanga D'Ajuda/SE: apontamentos sobre a qualidade de vida dos moradores. **Transformar**, Itaperuna, RJ, 11. ed., p. 108-128, 2017.

LITTLE, P.E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: DAN/UnB, 2002.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 5. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. D. A. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativa**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.. São Paulo: Atlas, 2003.

MARSHALL, T. H. (1967). **Cidadania, classe social e status**. Tradução M. P. Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MATOS, A. G. de. **Organização social de base**. Brasília: Aboré, 2003.

MAY, V. Turismo, meio ambiente e desenvolvimento. Valores, sustentabilidade e mordomia. **Tourism Management**, v. 12, n. 2, jun. 1991, p. 113-118.

MEDEIROS, M. de L.; PASSADOR, J. L.; BECHELINI, D. G. A fenomenologia e a pesquisa em turismo: reflexões para aplicação com base no turismo gastronômico. **Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica**, v. 13, n. 1, p. 20–34, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/1742/1863>>. Acesso em: 2 abr., 2017.

MEGUIS, T.; FARIAS, K.; VIANA, P.; HAMOY, J. Do desenvolvimento global ao desenvolvimento local: novas perspectivas do desenvolvimento do turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 3, n. 1, 2015. Disponível em:

<<https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/5656/5521>>. Acesso em 20 de mar., 2017.

MIELKE, E. J. C. **Desenvolvimento turístico de base comunitária**. Campinas: Alínea, 2009.

_____. PEGAS, F. V. Turismo de Base Comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. **Revista Turismo em Análise**, v. 24, n. 1. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v24i1p170-189>. Acesso em: 18 de fev., 2016.

_____. PEREIRA, A. Desenvolvimento Econômico e Social através do Turismo: interações entre atores locais. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, IV / Seminário da ANPTUR – Associação Nacional de Pesquisa e Pós graduação em Turismo, III, 2006. **Anais...** ANPTUR, Caxias do Sul, 2006.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MOESCH, M. M. Dimensão social. In: BENI, M. C. **Turismo Planejamento Estratégico e Capacidade de Gestão**. Barueri: Ed. Manole, 2012, p. 203-218.

_____. **A produção do saber turístico**. 2. ed. Contexto. São Paulo, 2002.

MONTEIRO, V. V. da S.; OLIVEIRA, A. C. S.; SILVA, F. N. N. da; SANTOS, F. F. O trabalho das mulheres marisqueiras e o processo de valorização na sociedade brasileira: caminhos à percorrer. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, III, Natal, RN, 5 a 7 de outubro de 2016. **Anais...** Universidade Federal do Piauí, 2016.

MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo, Ed. Hucitec, 2002.

MORAES, B.; SOUSA, E.; OLIVEIRA, F.; ALVES, J.; TARARAN, S.. Turismo e desenvolvimento local: mitos, ameaças e oportunidades. **Revista Gestão & Planejamento**, Salvador, v. 1, n. 3, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/viewFile/149/156>>. Acesso em 3 de mar., 2017.

MORAES, E. L. **Construindo a relação gênero e raça na política pública de qualificação social e profissional**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2005.

MOREIRA, M. I. C. **O turismo fazendo gênero**: prefácio. In: ALVES, K. dos S. (Org.) **Turismo, trabalho e gênero**: uma abordagem interdisciplinar. Ouro Preto, MG: UFOP/Departamento de Turismo, 2016, p. 9-14.

MOTA, M.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da; PORRO, N. M.; OLIVEIRA, T. C. V. de. **A mangaba, as catadoras e o extrativismo**. Belém: EMBRAPA, 2011.

MUCCI, J. C. Origem e desenvolvimento da ecologia e da ecologia da paisagem. **Revista Eletrônica Geografar**, v. 2, n. 1, p. 77-79, jan.-jun. 2007. Disponível em: <<http://www.ser.ufpr.br/geografar>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

MURPHY, P. E. **Turismo e desenvolvimento sustentado**. São Paulo: SENAC, 2002.

NASCIMENTO, R. C. do. Reflexões sobre planejamento turístico regional no limite do Sistur. In: BENI, M. C. **Turismo planejamento estratégico e capacidade de gestão**. Barueri: Ed. Manole, 2012, p. 45-68.

NEVES, J. do R. O. **O papel dos eventos no reforço da atratividade turística de Cabo Verde**. O caso da cidade da Praia. 2012. 147f. Dissertação (Mestrado em Turismo, Especialização em Gestão Estratégica de Eventos). Estoril, Portugal, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Panorama OMT del turismo internacional**. Edición 2014. Madrid: Organización Mundial del Turismo, 2014.

OMISTE, A. S.; LÓPEZ, M. Del C.; RAMIREZ, J. Formação de grupos populares: uma proposta educativa. In CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (Org.) **Educar em direitos humanos: construir democracia**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 168-184.

PEIXOTO, Adão José. Fenomenologia, ética e educação: uma análise a partir do pensamento de Husserl. **Filosofia e Educação**, v. 3, n. 1, abr. 2011, p. 313-330.

PERAFÁN, M. E. V.; OLIVEIRA, H. **Território e identidade**. Salvador: Secretaria de Cultura, 2013.

PIMENTA, H. F. Diferenças de gênero na prática das atividades de lazer no turismo em espaço rural (TER) na sub-região do Minho Lima, Portugal. **Turismo: Estudos & Práticas**, Mossoró, Natal, v.3, n.1, p. 124-153, jan./jun. 2014.

PIRES, P. dos S. Sustentabilidade: dimensão social. In: BENI, M. C. **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão**. Barueri: Ed. Manole, 2012, p. 145-155.

PROENÇA, A. R. G.; OLIVEIRA, A. P. P. de; JESUS, E. L. de. **Turismo e Educação: inter-relações e inclusão social**. Manaus, 2015. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/ceduce/trabalhos/TRABALHO_EV047_MD4_SA8_ID721_08062015173402.pdf>. Acesso em: 21 mar., 2017.

QUERINO, A. C.; LIMA, C. E.; MADSEN, N. Gênero, raça e educação no Brasil contemporâneo: desafios para a igualdade. In: BONETTI, A.; ABREU, M. A. (Org.). **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011, p. 129-147.

RAMALHO, C. W. N. **Ah, esse povo do mar!** Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis, 2006.

REALE, M. Invariantes axiológicas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 531-560, dez. 2007.

REZENDE, R. **Relatório da oficina de planejamento participativo**. Cardeal Mota, MG: MMA/Instituto Chico Mendes/ICMBio, 2007.

RIBEIRO, J. N.; ANDRADE, T. S.; BRAGHINI, C. R. Sabores, saberes e desenvolvimento do ecoturismo na comunidade Mem de Sá, Itaporanga D'Ajuda/Estado de Sergipe. **Pasos – Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**, v. 12, n. 2, p. 409-424 [on line]. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/12214/PS0214_11.pdf>. Acesso em 28 mar., 2018.

RODRÍGUEZ, S.; SOTO, M. A. C. **El taller participativo**: una herramienta para hacer vida la convención de la diversidad Biológica. Heredia: EUNA, 1997.

RUIZ, E.; HERNÁNDEZ, M.; COCA, A.; CANTERO, P.; DEL CAMPO, A. Turismo comunitario en Ecuador. Comprendiendo el community- based tourism desde la comunidad. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 6, n. 3, p. 399-418, 2008.

SANTANA, M. C. S. O trabalho (re) faz o gênero: rede de pescarias e catações na Ilha Mem de Sá. In: Congresso brasileiro de Sociologia, 15, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2010, p. 1-15.

SANTOS, E. A. **(Re) produção social e dinâmica ambiental no espaço da pesca**: reconstruindo a territorialidade das marisqueiras em Taiçoca de Fora – Nossa Senhora do Socorro/SE. 2012. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2005.

SCOTT, J. Gênero uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, R. da; SCHWERTNER, C.; MALLMANN, C. R.; SARAN, C. V.; PAETOZLD, D. C.; DOMBROWSKI, O. **Oficinas de cidadania**: práticas pedagógicas para o envolvimento da juventude na busca de soluções para problemas locais. Toledo: 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-estudo/gaes/pages/arquivos/GT3%20Artigo%20Rosangela%20Silva%20Oficina%20de%20Cidadania.pdf>>. Acesso em: 05 abr., 2007.

SIMMONS, D. G. Community participation in tourism planning. **Tourism Manegement**, v. 15, n. 2, 1994, p. 98-108.

SORRENTINO, M. et al. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.

SOUSA, J. M. M. de; MAGNO, L. Metodologias participativas para estudos em assentamentos rurais: notas de algumas experiências em Minas Gerais. **Oikos**: Revista Brasileira de Economia Doméstica, Viçosa, v. 27, n. 2, p. 227-250, 2016.

SOUZA, A. F. G. O vivido, percebido, concebido: identidades e territorialidades nas margens e ilhas do médio Rio São Francisco em Minas Gerais. In: VARGAS, M. A. M.; DOURADO, A. M.; SANTOS, R. H. **Práticas e vivências com a geografia cultural**. Aracaju: Edise, 2015, p. 67-93.

_____; SANTOS, R. H. do; BRANDÃO, C. R. Ciclos de vida nos lugares das águas: as ilhas do rio São Francisco. In: Encontro de Grupo de Pesquisas, V – Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais, Santa Maria, RS, 25 a 27 de novembro, 2009. **Anais...** Universidade Federal de Santa Maria, 2009, p. 1-13.

SOUZA, C. S.; BRAGHINI, C. R.; ARAÚJO, L. F. Espaços de diálogo na comunidade para o ecoturismo: a Ilha Mem de Sá, Itaporanga D’Ajuda (SE). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 3, n. 2, 2010, p. 235-248.

SOUZA, L. F.; RATTTS, A. J. P. Gênero, raça, educação e ascensão social. In: Seminário Nacional Trabalho e Gênero, III, Goiânia. **Anais...** Universidade Federal de Goiás, 2006.

SPINK, M. J.; MENEGON, V. M.; MEDRADO, B. Oficinas como estratégias de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 32-43, 2014.

STAKE, R. E. **A arte de investigação em estudos de caso**. São Paulo: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

VILAR, J. W. C. **A Ilha Mem de Sá no contexto do litoral sul de Sergipe: da “invisibilidade” histórica à apropriação social das paisagens**. (No prelo).

APÊNDICES

- () Ensino Fundamental completo () Ensino Médio incompleto
 () Ensino Médio completo

6. Anos de trabalho como marisqueira: _____

7. Renda familiar:

- () menos de 1 salário mínimo () 1 salário mínimo () mais de 1 salário mínimo

8. Quantas pessoas trabalham na família? _____

9. Recebe algum benefício do governo?

- Sim Não

10. Qual sua visão sobre sua comunidade:

- () Ótima () Boa () Ruim () Péssima

11. O que precisa melhorar na comunidade:

- () Saúde () Escolas
 () Segurança () Saneamento básico
 () Desemprego () Acesso
 () Outros: _____

12. Marque abaixo, três respostas para indicar o que é ser cidadão.

- () Respeitar o outro e exigir ser respeitado () Ter liberdade para se expressar
 () Votar () Exigir direitos e cumprir deveres
 () Participar das decisões na comunidade () Pagar impostos
 () Fiscalizar a ação dos governantes () Ser igual perante à lei
 () Superar as desigualdades sociais e econômicas
 () Cobrar o cumprimento das promessas de campanha

13. Deseja aprender sobre cidadania?

- Sim Não

14. Acredita que saber sobre seus direitos ajudaria em seu trabalho?

- Sim Não

15. Gostaria de aprender sobre turismo?

Sim Não

16. Tem interesse em participar de um projeto de estudo envolvendo o uso do turismo de base comunitária?

Sim Não

17. O que você entende sobre o turismo?

- () Receber pessoas de outros lugares
- () Gera renda para a comunidade
- () Oportunidade de lazer
- () Afeta os recursos naturais e a vida da comunidade

18. Já ouviu falar sobre o turismo de base comunitária?

Sim Não

19. Você participa de algum projeto comunitário na Ilha?

Sim Não

Em caso afirmativo, qual? _____

20. Você participa de reuniões da Associação de Moradores?

Sim Não

Se não, o por quê?

Se a resposta for sim: há algum debate sobre o turismo na Ilha?

21. Participou de algum curso relacionado ao Turismo?

Sim Não

Em caso afirmativo, quem ofereceu esse curso?

22. E algum outro tipo de curso ou atividade de aprendizagem nos últimos anos na Ilha?

Sim Não

Em caso afirmativo, quem ofereceu esses cursos?

23. Como você avalia a relação da comunidade nos últimos anos?

() Ótima () Boa () Ruim () Péssima

Justifique sua resposta.

24. Fazem atividades coletivas, de que tipo:

() Lazer

() Eventos culturais

() Esporte

() Política

() Festividades religiosas

() Outros: _____

25. Em sua opinião, a participação de visitantes na comunidade irá:

Atrapalhar

Favorecer

Justifique sua resposta:

26. Você participa de alguma atividade de trabalho junto com outros moradores da Ilha?

Sim Não

Em caso afirmativo, que tipo de atividade?

26. Foi convidada para alguma atividade que surgiu em função do turismo?

Sim Não

27. Você comercializa algum tipo de produto, como artesanato, por exemplo?

Sim Não

Em caso afirmativo, esse produto foi desenvolvido antes ou depois das atividades turísticas na região? Justifique sua resposta.

Apêndice 2 – CARTILHA SOBRE TBC, MARISQUEIRAS E CIDADANIA: Produto de divulgação do TBC



**CARTILHA SOBRE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA,
MARISQUEIRAS E CIDADANIA NA ILHA MEM DE SÁ,
ITAPORANGA D' AJUDA/SE**



**CARTILHA SOBRE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, MARISQUEIRAS
E CIDADANIA NA ILHA MEM DE SÁ, ITAPORANGA D'AJUDA/SE**

Aracaju (SE)
2018



Cartilha sobre Turismo de Base Comunitária, Marisqueiras e Cidadania na Ilha Mem de Sá, Itaporanga D'Ajuda/SE.

Ficha Técnica

Este material foi produzido no Curso de Mestrado Profissional em Turismo do Instituto Federal de Sergipe (IFS), sob a orientação do Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar. É destinado a turistas, visitantes e *trade* turístico (hotéis, agências de viagem e organizações governamentais). Seu objetivo é colaborar na promoção do Turismo de Base Comunitária na Ilha Mem de Sá/SE por meio de informações educativas sobre este tipo de turismo, marisqueiras e cidadania.

Elaboração

Claudivania Conceição Lima Dantas. Aluna do Curso de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Turismo do IFS.

Colaboração

Comunidade das marisqueiras da Ilha Mem de Sá/SE.

Financiamento

Governo do Estado de Sergipe, Prefeitura de Itaporanga D'Ajuda, Instituto Federal de Sergipe.

Aracaju, 2018

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	4
2 ATIVIDADE TURÍSTICA E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.....	5
3 O TBC E A CIDADANIA.....	6
4 COMO CHEGAR À ILHA MEM DE SÁ.....	7
5 BREVE RELATO SOBRE A ILHA.....	8
6 A COMUNIDADE MARISQUEIRA.....	9
7 ATRATIVOS DA ILHA.....	10
8 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	13
9 ALGUMAS PALAVRAS FINAIS.....	14
REFERÊNCIAS.....	15

1 APRESENTAÇÃO

O **Ministério do Turismo no Brasil** permite e incentiva ações que fomentem o Turismo de Base Comunitária (TBC) como forma de resgatar a cidadania e a inclusão social, desde que a atividade esteja de acordo com os interesses locais, gerando benefícios e o desenvolvimento sustentável.

A modalidade de TBC pode ser vista como uma atividade com potencial para representar uma nova conformação de desenvolvimento de pequenas localidades, como é o caso das comunidades marisqueiras no litoral sergipano. No cotidiano dessas comunidades, as questões relacionadas aos direitos humanos, mais precisamente, à cidadania, precisam ser conhecidas e contempladas.

Esta Cartilha foi preparada com o objetivo de informar e colaborar com a conquista da cidadania pelas vias do TBC na Ilha Mem de Sá/SE. Seu conteúdo é resultado de uma atividade de pesquisa desenvolvida junto a um grupo composto por oito marisqueiras, mediante a abordagem da oficina participativa. Foi pensada para ser usada por turistas, visitantes e *trade* turístico (hotéis, agências de viagens, organizações governamentais).

Aqui são apresentadas as possibilidades de um tipo de turismo que pode ser visto como uma forma de diversificação das atividades econômicas desenvolvidas na Ilha Mem de Sá, valorização de seu patrimônio e identidade cultural.

Com o uso desta Cartilha, pretende-se fazer com que o turista não seja um sujeito meramente contemplativo dos atrativos turísticos da localidade, mas parte integrante de uma experiência comunitária no destino que escolheu. Espera-se que a leitura e a aplicação de seu conteúdo venham a contribuir, observando os princípios da proposta do TBC e da cidadania, para o desenvolvimento local e da comunidade envolvida.

2 TURISMO E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O QUE É O TURISMO?

É viajar, por menos de um ano, para:

- Lazer/férias
- Negócios
- Tratamento de saúde
- Educação
- Outros fins



Fonte: <<https://www.akatu.org.br/wp-content/uploads/image>>

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O TBC é definido pelo Ministério do Turismo como *“um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística”* (BRASIL, 2010). Sua proposta é o desenvolvimento socialmente mais justo e ambientalmente responsável, consolidando-se, no Brasil, como um modelo de desenvolvimento turístico que pode apontar caminhos para a sustentabilidade.

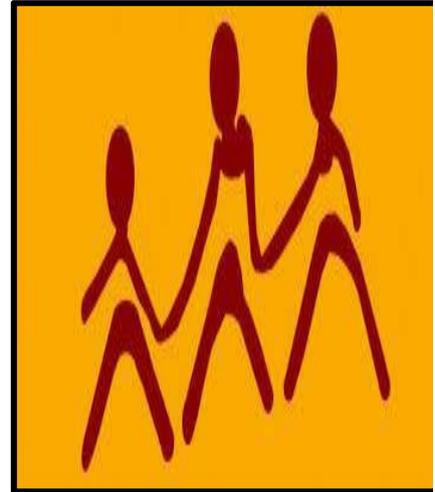
Lembre-se que o TBC:

- Proporciona a ligação entre o homem e a natureza (ecoturismo);
- Promove recursos para a preservação do meio ambiente;
- Viabiliza a gestão participativa em projeto turístico com objetivo comum;
- Desenvolve as comunidades.

3 O TBC E A CIDADANIA

Para se desenvolver como uma atividade economicamente rentável, ecologicamente correta e socialmente justa, ou seja, sustentável, o TBC exige:

- Incorporação de valores e princípios éticos;
- Pensar a democratização de oportunidades e benefícios;
- Implementação de projetos centrados em parceria, corresponsabilidade e participação.



Fonte: <<https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcQ>>

Assim,

Cidadania diz respeito à questão de:

Direitos:	Deveres:
a) Direitos civis, políticos e cívicos (direito à vida, liberdade, propriedade privada, segurança, igualdade perante a lei, moradia, saúde, educação, dentre outros);	a) Votar para escolher seus representantes políticos;
b) Direitos econômicos, sociais e culturais, dentre eles o direito ao trabalho digno;	b) Cumprir a lei e colaborar com as autoridades;
c) Direitos coletivos ao meio ambiente saudável.	c) Respeitar os direitos dos outros.

Visando assegurar DIREITOS, no desenvolvimento do TBC é importante prestar atenção na organização da comunidade para que não ocorra:

- Produção de lixo, principalmente os que não se decompõem na natureza;
- Falta de respeito à cultura;
- Introdução de vícios (álcool e drogas);
- Exploração e ou manipulação de mão de obra comunitária;
- Falta de transparência no controle do dinheiro vindo do turismo dentro da comunidade;
- Utilização de espécies da fauna e flora, sem o devido cuidado ou permissão.

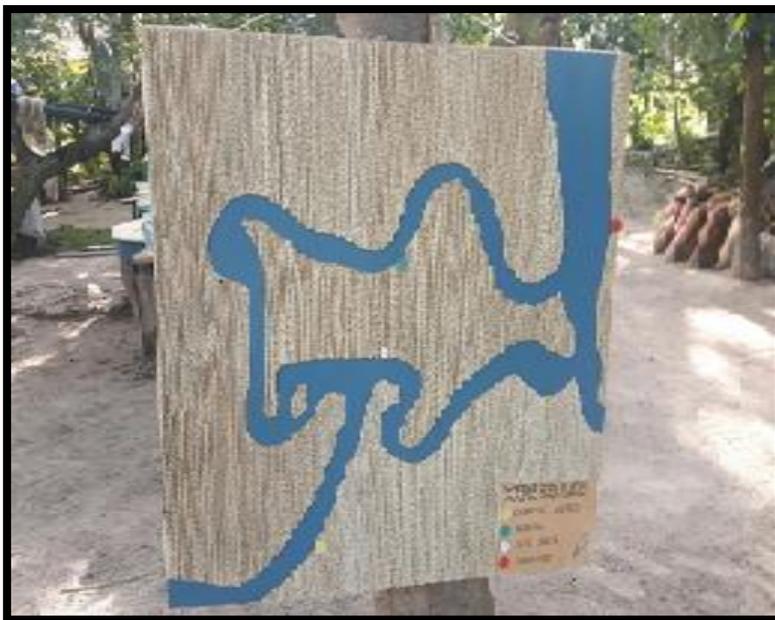


Fonte: Instituto Bioatlântica, (2010).

4 COMO CHEGAR A ILHA MEM DE SÁ

MAPA DA ILHA MEM DE SÁ/SE

Autoria: Senhor Salvador (morador da ilha)



Fonte: Claudivania Dantas

LOCALIZAÇÃO:

Município de Itaporanga d'Ajuda, periferia oriental atlântica do Estado de Sergipe.

ACESSO

Sistema viário, pelas rodovias SE- 100 ou SE-270 até alcançar o Porto dos Caibros, no riacho Água Boa, para se realizar a travessia até o cais da ilha, o Porto da Areia.



Fonte: Claudivania Dantas



Fonte: Claudivania Dantas

Via estuarina, a partir do Mosqueiro, Zona de Expansão de Aracaju, pelo rio Santa Maria, Vaza Barris e Riacho Paruí.

5 BREVE RELATO SOBRE A ILHA



Fonte: Claudivania Dantas

Ocupação: Originariamente, a ilha Mem de Sá foi povoada por três famílias que, ao longo do tempo, vieram a utilizar os recursos dos ecossistemas de restinga e manguezal e o estuário. A ocupação humana no entorno da Ilha decorre basicamente dos assentamentos rurais para efeitos de reforma agrária.

População estimada: 75 famílias (375 pessoas).

Economia: As atividades econômicas baseiam-se na agricultura de pequena escala, extrativismo e pesca tradicional. A pesca é a principal atividade econômica, junto com o cultivo da mandioca e o aproveitamento do coco. O extrativismo corresponde à extração da mangaba, fruta da mangabeira, espécie pioneira da Mata de Restinga, tradicional no litoral sergipano, trabalho executado por mulheres, conhecidas como *senhoras da mangaba*. De maioria geral, aos homens cabe a pesca e às mulheres, a coleta de crustáceos e moluscos.

Gastronomia: está alicerçada em ostras, siris, sururus, camarão, caranguejo, peixes, caldinhos, moquecas, quebradinhos e peixes assados na folha de bananeira.

Escola: Uma de Ensino Fundamental até o 5º ano.

Festas populares

Festa da Padroeira Santa Luzia, que acontece de 9 a 13 de dezembro.

Festa do Caranguejo que sucede à festa da padroeira da Ilha.

Grupo Folclórico – Samba de Coco.

6 A COMUNIDADE MARISQUEIRA



Fonte: Claudivania Dantas

As catadeiras, coletoras ou MARISQUEIRAS, como são conhecidas comumente, são mulheres que dominam, às margens dos rios ou dentro dos mangues, a pesca da ostra, marisco, siri, sururu, dentre outras espécies aquáticas. Na Ilha Mem de Sá, a renda é garantida com a atividade de cata do caranguejo e, principalmente, do aratu, desenvolvida pelas mulheres marisqueiras.

Etapas na atividade das marisqueiras:

- 1) Cata do marisco, realizada de maneira artesanal, finalizada com a lavagem do marisco no próprio local;
- 2) Cozimento, em panelas de alumínio, no fogo à lenha, para a abertura dos cascos dos mariscos;
- 3) No processo final, é feita a separação manual do marisco de sua casca natural.

A massa resultante é comercializada.



Fonte: Claudivania Dantas

7 ATRATIVOS DA ILHA

Por que o turista vai querer visitar sua comunidade? Na Ilha Mem de Sá, os turistas e visitantes têm a oportunidade de conhecer ATRATIVOS turísticos de lazer, como a diversidade de sua natureza, a cultura local e os eventos especiais, dos quais poderão desfrutar. Nesse cenário, a vida comunitária está presente, fora da agitação do ambiente urbano e propiciando passeios em locais tranquilos.

Bares e Restaurantes



Fonte: Claudivania Dantas

Passeios de barco



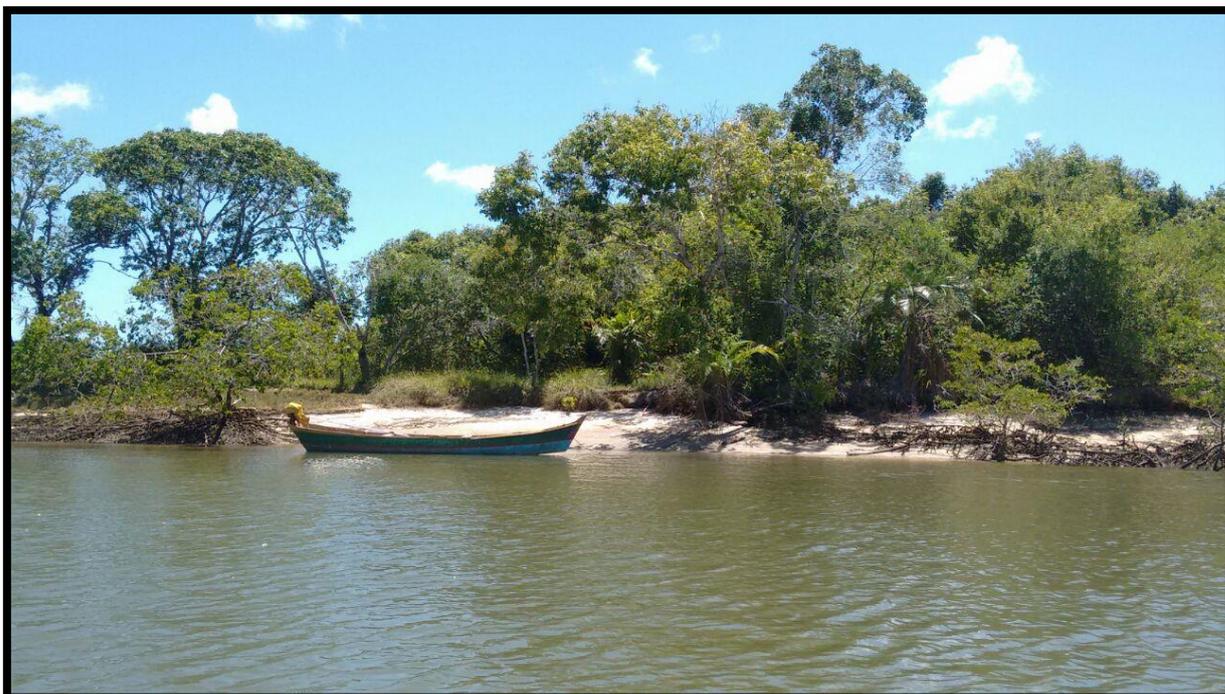
Fonte: Claudivania Dantas

Área de manguezal



Fonte: Claudivania Dantas

Praias naturais



Fonte: Claudivania Dantas

NÃO SE PODE ESQUECER

Os turistas que procuram destinos de TBC buscam a vivência comunitária, o que torna importante os seguintes serviços turísticos oferecidos aos visitantes:

- Apresentação da pesca artesanal das catadoras de aratu *in loco*;
- Exploração do rio Vaza Barris;
- Gastronomia;
- Agricultura da comunidade;
- Eventos e festas.

8 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ainda que alguns elementos do TBC possam ser encontrados em outra atividade turística, é necessário entender que este se rege por alguns princípios, os quais são determinantes para promover sua estruturação sob o enfoque da gestão.

PRINCÍPIOS GERAIS A SEREM OBSERVADOS PARA O TBC

1. **As principais atrações turísticas são:** o modo de vida da comunidade, sua forma de organização, os projetos sociais dos quais faz parte, formas de mobilização comunitária, tradição cultural e atividades econômicas.
2. **O fortalecimento comunitário e associativo** se dá através das atividades construídas, em conjunto, pela comunidade.
3. **A participação da comunidade**, a qual assume o papel que lhe corresponde no planejamento, operação, supervisão e desenvolvimento do empreendimento turístico.
4. **A distribuição justa da renda e transparência no uso de recursos**, o que significa dizer que a geração e a distribuição dos valores ganhos devem ser feitas com equidade entre os moradores locais;
5. Na **relação de parceria e troca entre o turista e a comunidade**, o turista é visto como um parceiro e não como um cliente;
6. **O TBC é uma atividade complementar a outras já praticadas**, de modo apropriado à economia da comunidade e das famílias, potencializando o desenvolvimento da agricultura, da pesca e outros serviços.
7. **Para a valorização da cultura e afirmação da identidade**, as atividades são criadas para proporcionar o intercâmbio cultural e a aprendizagem aos visitantes, o que permitirá uma reflexão sobre a identidade da comunidade.
8. **A conservação e sustentabilidade ambiental** têm como referência o respeito às normas de conservação da região, procurando gerar o menor impacto possível ao meio ambiente.
9. **O desenvolvimento**, que requer trabalhar com princípios e critérios para normatizar e regular os empreendimentos e processos turísticos de modo a atender às necessidades locais.
10. Por fim, para ter **continuidade**, é indispensável buscar a cooperação e a parceria com os diversos segmentos relacionados ao turismo para potencializar seus produtos e serviços turísticos.

Fonte: Instituto Bioatlântica (2010).

9 ALGUMAS PALAVRAS FINAIS

**Com a prática do TBC esperam-se como resultados:
benefícios sociais, ambientais e econômicos.**

**A renda gerada tem que ser suficiente para cobrir custos, gerar
renda e lucro para a comunidade.**

**Por fim, fomentar o TBC exige um novo olhar sobre
problemas sociais, culturais e ambientais, refletindo sobre os
rumos a seguir para promover o potencial positivo de pequenas
comunidades como destino turístico.**

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Turismo. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária.** Desafio para a formulação da política pública. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

INSTITUTO BIOATLÂNTICA. **Manual Caiçara de Ecoturismo de Base Comunitária.** Rio de Janeiro: Instituto Bioatlântica, 2010.

ANEXOS

Anexo A - Dinâmica da corrente¹

Com todos de pé, em círculo e de mãos dadas, cada participante deve observar e memorizar quem está ao seu lado direito e quem está ao seu lado esquerdo. Coloque uma música, de preferência suave, e enquanto ela estiver tocando, todos, de mãos soltas, devem caminhar tranquilamente pela sala sem direção definida. É importante instruí-los para que não se movimentem depois que a música for interrompida. Quando todos estiverem bem misturados interrompe-se a música. Este é o sinal para ficarem na posição em que estão. Oriente para que todos se aproximem, calmamente movimentando-se em direção ao centro do espaço, sem mudar de posição entre si, até que se forme um bloco no qual as pessoas minimamente possam dar as mãos umas às outras.

Nessa posição, cada um dá sua mão direita à mão esquerda de quem estava inicialmente ao seu lado direito, e a sua mão esquerda à mão direita de quem estava inicialmente ao seu lado esquerdo. Esse procedimento forma, se os participantes estiverem bem misturados em relação à posição inicial do círculo, uma espécie de nó na corrente anteriormente feita. O objetivo é pensar uma maneira de desatar o nó, sem que nenhum dos participantes solte as mãos, até todos voltarem à posição inicial do círculo. Se for preciso, você pode sugerir virar a mão ou o corpo, em casos de extrema dificuldade, ou até mesmo passar sobre dois braços atados pelas mãos, mas nunca mudando a ordem das pessoas ou qualquer outra coisa do gênero. Vale lembrar que o giro do corpo deve ser feito, se possível, sem que as mãos se soltem.

O fim da dinâmica é declarado no momento em que o círculo estiver formado novamente, na mesma sequência em que estava disposto antes do nó. Quando isso acontecer, sugerimos uma salva de palmas pela conquista. Observação: caso o nó não consiga ser desatado, certifique-se de que o procedimento foi feito de forma igual por todos. Pode acontecer, por exemplo, de um ou outro se confundir e dar as mãos para as pessoas erradas no momento de fazer o nó. Isso pode comprometer o resultado final. Se necessário, refaça o processo; o importante é fazer com que todos consigam atingir o objetivo final, ou seja, desatar o nó e refazer o círculo. Atingido o objetivo, discutem-se quais foram as dificuldades e as soluções para desatar o nó. Os resultados dessa discussão servem para reforçar a importância da ação coletiva na sociedade.

¹ Atividade extraída do Guia Grêmio em Forma, coordenado por Daniel Cara do Instituto Sou da Paz.

Anexo B – Letra da música **É** de Gonzaguinha

É!

A gente quer valer o nosso amor
 A gente quer valer nosso suor
 A gente quer valer o nosso humor
 A gente quer do bom e do melhor...
 A gente quer carinho e atenção
 A gente quer calor no coração
 A gente quer suar, mas de prazer
 A gente quer é ter muita saúde
 A gente quer viver a liberdade
 A gente quer viver felicidade...

É!

A gente não tem cara de panaca
 A gente não tem jeito de babaca
 A gente não está
 Com a bunda exposta na janela
 Prá passar a mão nela...

É!

A gente quer viver pleno direito
 A gente quer viver todo respeito
 A gente quer viver uma nação
 A gente quer é ser um cidadão
 A gente quer viver uma nação...
 É! É! É! É! É! É! É! É!...

É!

A gente quer valer o nosso amor
 A gente quer valer nosso suor
 A gente quer valer o nosso humor
 A gente quer do bom e do melhor...
 A gente quer carinho e atenção
 A gente quer calor no coração
 A gente quer suar, mas de prazer
 A gente quer é ter muita saúde
 A gente quer viver a liberdade
 A gente quer viver felicidade...

É!

A gente não tem cara de panaca
 A gente não tem jeito de babaca
 A gente não está
 Com a bunda exposta na janela
 Prá passar a mão nela...

É!

A gente quer viver pleno direito
 A gente quer viver todo respeito
 A gente quer viver uma nação
 A gente quer é ser um cidadão
 A gente quer viver uma nação
 A gente quer é ser um cidadão
 A gente quer viver uma nação
 A gente quer é ser um cidadão
 A gente quer viver uma nação.